



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E  
PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS  
SOCIAIS E CIDADANIA ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL  
PROGRAMA DE PÓS-DOUTORADO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA-  
PPGPSC**

**FLÁVIA VERÔNICA SILVA JACQUES**

**ANÁLISE DA POLÍTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA NA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG.**

Salvador/BA

2025

FLÁVIA VERÔNICA SILVA JACQUES

ANÁLISE DA POLÍTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA NA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG.

Relatório Final, enquanto requisito para obtenção do certificado de realização de Estágio Pós-Doutoral junto ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

Linha de Pesquisa: Direitos Sociais e Novos Direitos, Construção de Sujeitos e Cidadania.

Supervisor(a): Dra. Maria Gorete Borges Figueirêdo.

Salvador/BA

2025

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ficha Catalográfica. UCSal. Biblioteca Dom Geraldo Majella Agnelo

J19 Jacques, Flávia Verônica Silva  
Análise da política educacional inclusiva na Universidade Federal do Rio Grande – FURG / Flávia Verônica Silva Jacques. – Salvador, 2025.  
78f.

Supervisora: Profa. Dra. Maria Gorete Borges Figueirêdo.

Relatório Final (Pós-Doutorado) – Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Pós-Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania. Linha de Pesquisa: Direitos Sociais e Novos Direitos, Construção de Sujeitos e Cidadania.

1. Inclusão 2. Ensino Superior 3. Política Inclusiva 4. Pessoa com Deficiência  
I. Figueirêdo, Maria Gorete Borges – Supervisora II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa Pós-Graduação III. Título.

CDU: 378..4-056

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família pela paciência e incentivo!

Agradeço à UCSAL pela oportunidade de realizar o estágio pós doutoral!

Agradeço à FURG pelo período que me concedeu afastamento das atividades acadêmicas, o que me permitiu o desenvolvimento dessa pesquisa!

Agradeço à minha orientadora/supervisora de pesquisa, professora Maria Gorete, pelo apoio nessa jornada!

## RESUMO

Esta pesquisa tem como foco a educação inclusiva, a qual fundamenta-se na concepção de direitos humanos em que se reconhece as diferenças individuais como uma característica da condição humana. Por tratar-se de uma temática transversal às modalidades de ensino implementadas em nosso sistema educacional, se faz oportuno contribuir para essa discussão no nível superior. Para tanto, o objetivo geral deste estudo é analisar a implementação da política institucional inclusiva da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, com base nos preceitos de acessibilidade e inclusão, sendo os objetivos específicos: I- Identificar as normativas que embasam a política inclusiva na instituição; II- Evidenciar os processos de implementação da política institucional e III- Investigar seus desdobramentos para a execução do atendimento à pessoas com deficiência. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, que utilizará como técnica de coleta de dados entrevistas semiestruturadas e análise documental. Com as informações colhidas, por meio dos relatos dos participantes, foi possível evidenciar as ações estabelecidas para a implementação da Política de Acessibilidade e Inclusão da FURG, bem como apontar potencialidades e fragilidades no processo.

**Palavras-chaves:** Inclusão, Ensino superior, Política Inclusiva, Pessoa com deficiência.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: <i>DADOS DO CESUP – FURG.</i> .....	22
FIGURA 2: OBJETIVO 1 - EIXO VII – INCLUSÃO E DIVERSIDADE. ....	32
FIGURA 3: OBJETIVO 2 - EIXO VII – INCLUSÃO E DIVERSIDADE. ....	33
FIGURA 4: RESOLUÇÃO CONSUN/FURG N° 46/2024 – TEXTO DE ABERTURA.....	36
FIGURA 5: CAPÍTULO III – OBJETIVOS.....	38
FIGURA 6: COMPETÊNCIAS DAS PRÓ-REITORIAS.....	39
FIGURA 7: FLUXO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	51

## SUMÁRIO

### PARTE 1 – RELATÓRIO FINAL DA PESQUISA EXECUTADA

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA .....	7
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA.....	10
1.3 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS .....	10
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>11</b>
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS .....	11
2.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ENSINO SUPERIOR E SEUS PRECEITOS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO .....	13
<b>3 METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	<b>19</b>
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	19
3.2 O CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO .....	21
3.2.1 INFORMAÇÕES CONTEXTUAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. ....	21
3.3 AMOSTRA E ANÁLISE DOS DADOS.....	23
3.4 ROTEIRO DE ENTREVISTAS .....	25
<b>4 RESULTADOS DA PESQUISA</b> .....	<b>27</b>
4.1 ANÁLISE DA CATEGORIA REGULAMENTAR .....	27
4.1.1 ANÁLISE DA RESOLUÇÃO CONSUN/FURG Nº 26 - PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI 2024-2028).....	28
4.1.2 ANÁLISE DA RESOLUÇÃO CONSUN/FURG Nº 45 - POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG.....	33
4.1.3 ANÁLISE DA RESOLUÇÃO CONSUN/FURG Nº 46 - POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG.....	35
4.2 ANÁLISE DAS CATEGORIAS: ADMINISTRATIVA E ARQUITETÔNICA, PEDAGÓGICA, COMUNICACIONAL E ATITUDINAL .....	43
4.2.1 ANÁLISE DA CATEGORIA ADMINISTRATIVA E ARQUITETÔNICA.....	43
4.2.2 ANÁLISE DA CATEGORIA PEDAGÓGICA .....	58
4.2.3 ANÁLISE DA CATEGORIA COMUNICACIONAL E ATITUDINAL .....	63
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>72</b>
<b>ANEXO I: ROTEIRO DE ENTREVISTAS</b> .....	<b>76</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional que se fundamenta na concepção de direitos humanos e, nesta perspectiva, reconhece-se a diferença como uma característica da condição humana, corroborando a afirmação de Fernandes (2012, p. 94) que “[...] um mundo verdadeiramente humano deveria ser construído considerando a diversidade como fundamental à vida social”.

Parte-se da compreensão da deficiência tal como é concebida pelo modelo social de deficiência, ou seja, entende-se que são as barreiras de ordem atitudinais, físicas e institucionais apresentadas ao longo da vida, que estabelecem limites às pessoas com deficiência (Barnes; Barton; Oliver, 2002). Neste contexto, a garantia da acessibilidade pressupõe a eliminação de tais barreiras, que impedem a participação plena do indivíduo no meio social, ou seja, a sua inclusão. (Sassaki, 2003).

Adota-se nesse estudo a terminologia “pessoa com deficiência” ao referir-se à população das pessoas com deficiência física, intelectual e sensorial, de acordo com o estabelecido na Lei nº 13.146 – Estatuto da Pessoa com Deficiência – EPD. (Brasil, 2015). O intuito é utilizar o termo contemporâneo observado nas regulamentações e tratados sobre o assunto, desconsiderando as denominações pejorativas observáveis na própria legislação inclusiva brasileira, em décadas anteriores, como por exemplo: “anormais”, “pessoas com necessidades especiais” ou “excepcionais”.

Considera-se que pessoas com deficiência “[...] são aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interações com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas” conforme definido pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU, 2018, art. 1).

O acesso de pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro tem sido objeto de reflexão por pesquisadores e educadores das mais diversas áreas do conhecimento ao longo de várias décadas. As orientações para a assistência

educacional de pessoas com deficiência são estabelecidas legalmente no país a partir da primeira Lei de Diretrizes Básicas (LDB), nº 4.024, em 1961 (Brasil, 1961). Enfatiza-se no texto legal, entre outros aspectos, a condenação ao tratamento desigual e qualquer tipo de preconceito de classe ou raça, no âmbito educacional.

As informações divulgadas pelo Censo da Educação Superior no Brasil, em 2023, revelaram que menos de 1% do total de mais de 9,9 milhões de matrículas no ensino superior (considerando instituições públicas e privadas conjuntamente) eram de estudantes com deficiência e do total de ingressantes, em 2022, apenas 7,4% de estudantes com deficiência concluíram cursos de graduação em contrapartida a 19,5% de estudantes sem deficiência concluintes. (INEP, 2023). Estas circunstâncias impulsionaram a adequação de políticas assistenciais no âmbito das universidades, bem como a criação de políticas institucionais inclusivas que assegurassem não somente o ingresso dos estudantes com deficiência no ensino superior, mas também sua permanência.

Nos últimos anos, as políticas educacionais de inclusão na educação impulsionaram a presença de estudantes público-alvo da educação especial no ensino superior no país. Segundo dados mais atualizados, tem-se que de 2009 a 2019, para exemplificar, houve um aumento de matrículas no ensino superior de 20.530 para 48.520, ou seja, um crescimento de 138%. (INEP, 2023).

Esse novo contexto requer reflexão por parte das universidades sobre a concepção de educação inclusiva por meio de políticas institucionais que realmente atentem para o acolhimento à diversidade. A inclusão parte da aceitação das diferenças do indivíduo a fim de garantir oportunidades iguais, sobretudo no processo de ensino e aprendizagem e ultrapassa os limites de acesso, pois envolve a permanência e o sucesso na formação do estudante. (Silva Filho; Kassar, 2019).

Para Castanho e Freitas (2006) é dever do Estado promover ações para o ingresso, permanência e conclusão do ensino superior para todos os indivíduos, indistintamente, cabendo as universidades o papel de oferecer um ensino de qualidade, garantindo processos, estruturas e metodologias inclusivas. A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior demanda medidas que facilitem e auxiliem esse processo. (Pacheco; Costas, 2006).

De acordo com Pereira e Santos (2024, p. 5):

pensar uma sociedade justa e que atenda às necessidades de todos é lutar também pela educação inclusiva, onde as minorias tenham seus direitos atendidos, cabendo assim, à Educação Superior, também, a mediação deste processo.

Complementam os autores que as universidades devem promover “uma política institucional séria que não veja o acesso e a permanência de forma assistencialista e protecionista, sendo necessárias mudanças nas organizações institucionais”, para que desta forma os ambientes acadêmicos tornem-se mais ricos em sua diversidade. (Pereira; Santos, 2024, p. 6).

Segundo Silva (2014) a adequação ao processo de inclusão nas universidades envolve uma série de mudanças em suas estruturas físicas, administrativa e culturais, para garantir e oportunizar condições de acesso e escolha das pessoas com deficiência a vasta gama de cursos que as universidades possuem.

As proposições das políticas públicas inclusivas sugerem princípios e finalidades educacionais, promovem ações e meios para que projetos e programas aconteçam em todos os níveis da educação do ensino (Silva, 2014, p. 20).

Nessa esteira, a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) apresenta-se como uma universidade pública comprometida com a educação inclusiva, conforme descrito em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028. De acordo com o PDI, no Eixo “Inclusão e Diversidades” o plano expõe objetivos e estratégias que “se voltam ao processo contínuo e permanente de construção de uma universidade plural, diversa e inclusiva em todos os seus Campi.” (PDI, 2024, p.75). Assim sendo, propõe promover a construção e a qualificação contínua das políticas universitárias que abrangem ações afirmativas e de combate à discriminação.

Considerando-se a relevância da política institucional inclusiva na FURG, como diretriz à implementação de programas, projetos e ações inclusivas de acesso e acessibilidade no âmbito da formação dos indivíduos, justifica-se esta pesquisa pela relevância social e educacional no âmbito das políticas públicas brasileiras.

Pretende-se, por meio deste estudo, contribuir para as discussões acerca das políticas inclusivas no nível superior, alinhadas à promoção da

educação inclusiva. Espera-se, com os resultados desta pesquisa, adensar os conhecimentos acerca da visibilidade de processos de implementação de políticas públicas no nível superior. Ou seja, espera-se promover reflexões sobre as políticas sociais no âmbito da educação inclusiva no ambiente universitário, considerando sua complexidade e evidenciando o papel dos agentes implementadores para sua adequada efetivação.

## 1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante do contexto apresentado e da importância das instituições de nível superior no desenvolvimento, emancipação e formação dos indivíduos, tem-se a seguinte questão norteadora desse estudo: Como ocorre a implementação da política institucional inclusiva na Universidade Federal do Rio Grande – FURG?

## 1.3 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral deste estudo é analisar a implementação da política institucional inclusiva da FURG, com base nos preceitos de acessibilidade e inclusão. Os objetivos específicos estabelecidos são:

- I. Identificar as normativas que embasam a política inclusiva na instituição;
- II. Evidenciar os processos de implementação da política institucional; e
- III. Investigar seus desdobramentos para a execução do atendimento às pessoas com deficiência.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

As referências teóricas utilizadas para esta pesquisa abrangem a concepção atual de acessibilidade e inclusão, bem como a gestão da política pública em sua racionalidade técnica e política.

### 2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Há décadas as políticas públicas vêm sendo estudadas pelas ciências políticas e sociais na perspectiva de entender suas complexas relações e interações com os vários atores sociais, os jogos de poder, a proteção social; sua construção, formulação e implementação, dentre outros vieses, sobretudo a partir da presença dos ideários neoliberais que se aprofundam.

Laswell (1958), cria, na década de 1930, a expressão *policy analysis* (análise de política pública) como uma forma de entender – em termos científicos – as ações empíricas dos governos e estabelecer um diálogo produtivo entre os cientistas sociais, governo e grupos de interesse.

Para Frey (2000, p. 214) a *policy analysis*

[...] diz respeito à análise de campos específicos de políticas públicas como as políticas econômicas, financeiras, tecnológicas, sociais ou ambientais. Entretanto, o interesse da análise de políticas públicas não se restringe meramente a aumentar o conhecimento sobre planos, programas e projetos desenvolvidos e implementados pelas políticas setoriais. Visando à explanação das leis e princípios próprios das políticas específicas, a abordagem da *policy analysis* pretende analisar a inter-relação entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos de política[...]

Na necessidade de elucidar as características do processo de formulação e implementação de políticas públicas, seus entraves e seus progressos, várias discussões e pesquisas foram estabelecidas em âmbito internacional e mais recentemente em nosso país. Contudo, observa-se uma grande lacuna de estudos empíricos sobre a fase de implementação, seus diversos atores e fatores que a influenciam. (Lotta, 2010).

Contudo, esclarece Dye (1984) que a definição de política pública é um pouco mais complexa, pois todas as ações que o Estado escolhe não fazer também devem ser consideradas como uma política. Logo, a omissão tomada

pelos governos sobre determinadas demandas deve também ser considerada como parte desse conceito.

Em um contexto de Estado Capitalista Neoliberal, em que as políticas públicas se inserem na contemporaneidade, nas palavras de Serafim e Dias (2012, p. 123) “[...] a forma específica assumida pelo Estado capitalista e as relações que estabelece com a sociedade é tão complexa e imbricada quanto os fios de uma teia de aranha”. Referem-se às peculiaridades de uma sociedade – seus grupos de interesse - e seu contexto histórico, com suas diferentes necessidades.

Ainda, estas relações estabelecidas entre ambos (Estado-Sociedade) “[...] são dinâmicas, pois estão sempre em transformação, de acordo com os processos mais amplos de cada momento histórico.” E que o Estado Capitalista, por atuar em favor do capital, agirá “[...] sempre no sentido de balizar os conflitos entre capital e trabalho e tende, invariavelmente, a beneficiar o primeiro em detrimento do segundo” (Serafim; Dias, 2012, p. 123). Percebe-se então, que dependendo dos interesses eleitos pelo Estado como prioritários estes poderão ser articulados e inseridos nos planos políticos, para posteriormente se transformar em uma política pública.

A esta inserção nos planos de governo, a literatura sobre análise de políticas chama de “formação da Agenda Política de Governo”. É por meio da formação da Agenda que os governos estabelecem suas políticas públicas. Logo, entende-se que as demandas que integram a agenda política são estabelecidas como resultado de inúmeras articulações entre diferentes atores e instituições, mostrando assim uma ampla e acirrada disputa de interesses.

Especificamente sobre a área educacional, afirma Parente (2018) que em nosso país, devemos considerar a existência de diferentes tipos de agendas nesta área, pois tratando-se de um país federativo, algumas agendas podem ser articuladas entre os entes – federais, estaduais e municipais - e em determinadas ocasiões podem se contrapor.

Já a formulação de políticas públicas envolve um conjunto de princípios e normas que orientam a ação do Estado e que norteiam as relações (mediações) entre os atores do poder público (gestores, servidores etc.) e os atores da sociedade civil (indivíduos, instituições, representações etc.). (França,

2016). Seguindo as etapas apresentadas, tem-se que após a construção da Agenda política e da formulação das metas estratégicas que dão conta das demandas, inicia-se o processo de implementação das políticas públicas estabelecidas.

Segundo Frey (2000) a etapa de implementação da política é um momento em que as ações estabelecidas na etapa de formulação irão provocar resultados e impactos na sociedade. É na implementação que se transformam intenções em ações concretas.

No contexto dessa proposta de pesquisa, em que se buscará analisar a implementação da política inclusiva em uma universidade pública, torna-se oportuna e relevante a aplicação de uma análise profunda da política instituída pela Instituição.

A análise de política, segundo Serafim e Dias (2012, p. 121), “[...] constitui um conjunto de elementos que possibilita um rico olhar explicativo normativo sobre o processo de elaboração de políticas públicas.” Trata-se de uma investigação aplicada à análise de atividades concretas do ente público, suas ações e seus reflexos sociais.

## 2.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ENSINO SUPERIOR E SEUS PRECEITOS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Esclarece Fernandes (2012, p. 8) que ao longo da história “as pessoas portadoras de deficiência e de altas habilidades, por demonstrarem singularidades marcantes, foram submetidas a um esmagador processo social de exclusão e segregação [...]”.

Corroborar em mesmo sentido Maior (2017, p. 30) ao afirmar que

A presença de diferenças entre os seres humanos tem sido, por séculos, motivo de eliminação, exclusão e formas diversas de segregação das pessoas com deficiência, tomadas como risco à sociedade, como doentes e como incapazes. Em todas essas situações manifesta-se a opressão daqueles que detêm o poder sobre os indivíduos em situação de vulnerabilidade. Da invisibilidade à convivência social, houve longa trajetória representada pelas medidas caritativas e assistencialistas, que mantiveram as pessoas com deficiência isoladas nos espaços da família ou em instituições de confinamento.

Via-se a pessoa com deficiência como um sujeito incapaz e limitado; sua posição social era negada e por muitas vezes sua própria existência. Por

décadas esses indivíduos foram confinados em ambientes isolados e/ou bastante restritivos, enquanto a medicina buscava meios para sua cura e sua possível integração à vida social, sobretudo no ensino.

Para melhor compreensão histórica, sobretudo na área educacional, torna-se necessário elucidar três paradigmas sociais que revelam a atenção dada, por governos e pela sociedade às pessoas com deficiência neste contexto. São eles: a exclusão, a segregação e a integração. (Antun, 2018).

Esses paradigmas emergem de etapas históricas observadas ao longo de séculos em nível internacional e particularmente no Brasil. Revelam modelos de estrutura da deficiência aplicados em cada época e mostram o entendimento de que a deficiência tem sido percebida como uma estrutura constituída por fatores do corpo humano, segundo Sasaki (2012). Os modelos de estrutura da deficiência reúnem uma construção conceitual própria para a compreensão da deficiência e sua interação com o meio. São pressupostos aplicados, principalmente, aos processos educativos. Emergem em períodos distintos e sua aplicabilidade era considerada cientificamente ou moralmente razoável para a época.

Sob a ótica do paradigma da exclusão, o direito à educação era negado à pessoa com deficiência, em qualquer espaço. Naquele contexto, havia privação total de seu contato com o ensino. Nas palavras de Sasaki (2012, p. 2) esse modelo deixava “[...] as pessoas abandonadas à própria sorte, longe da sociedade que se considerava valorosa, normal, útil”.

No período em que prevalece o paradigma da segregação, as pessoas com deficiência começam a frequentar a escola somente em espaços segregados, sob alegação de que só assim seria possível um atendimento de maior qualidade, dadas suas condições específicas. Esses ambientes apartados foram chamados de escolas especiais. (Maior; Meirelles, 2010).

Com relação ao período de integração, criou-se - pelo Estado - um processo de seleção de estudantes que poderiam frequentar uma sala de aula inserida dentro de uma escola comum, porém, exclusivamente destinada a pessoas com deficiência. Estes espaços dentro das escolas de ensino comum foram chamados de sala ou classe especial.

Frente a isso, a educação inclusiva apresentava-se como um novo paradigma, colocando à prova o papel fundamental das escolas na superação da lógica da exclusão, torna-se necessário a construção de sistemas educacionais inclusivos, implicando uma transformação nos espaços, desde o contexto físico ao cultural e pedagógico. (Mantoan, 2003).

A educação inclusiva tem suas bases criadas na educação básica e aos poucos foi abrangendo os demais níveis de ensino. Em relação às pessoas com deficiência no ensino superior, a Resolução nº 2, de 24 de fevereiro de 1981, pode ser considerada uma das primeiras normativas referentes a temática. Sendo nela autorizada “a concessão de dilatação do prazo de conclusão do curso de graduação aos alunos portadores de deficiência física, afecções congênicas ou adquiridas” (Brasil, 1981, p.1).

Na mesma década, a Constituição Federal de 1988 preconizou em seu artigo 208 que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988, p. 85). Segundo Martins, Leite e Lacerda (2015, p. 985) a Constituição “realça a noção de universalização do acesso à educação como fator prioritário na definição de políticas públicas”, fator este que contribuiu para as reformas do sistema educacional brasileiro.

A política educacional inclusiva teve avanços importantes para sua efetivação na década de 1990. Foi por meio dos movimentos inclusivos que lutavam para a inserção dos estudantes com deficiência na educação superior que emergiram novas ações e demandas a serem inseridas na pauta política. (Mantoan, 2003).

Em 1990, tem-se a declaração mundial de educação para todos assinada em Jomtien, Tailândia. O documento trata da educação como um direito de todos, indistintamente, defende igualdade de acesso como parte integrante dos sistemas educativos dos países e a inclusão da diversidade passa a ser pauta nas políticas educacionais dos países.

No alinhamento das normativas internacionais para o contexto da educação brasileira no nível superior, destaca-se, em 2005, a criação do Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR), pelo Ministério

da Educação (MEC), o qual propôs ações de garantia ao acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (IFES) e cujo objetivo era fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino. (Brasil, 2013).

Em 2014, tem-se a Lei nº 13.005 que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024). O PNE, projetado para um período de dez anos, destaca a importância dada à educação inclusiva em sua Meta nº 4, sendo o principal objetivo apresentado a democratização do ensino em escolas regulares e garantia de recursos financeiros a serem usados na política pública inclusiva (Silva *et al.*, 2020).

Em 2015, ano considerado um marco para as políticas sobre a pessoa com deficiência no Brasil, é elaborada a Lei nº 13.146, chamada de Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência, Brasil, 2015), a qual estabelece em seu artigo 1º, a finalidade de “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.”

Para tanto, a lei elucida alguns preceitos e esclarece suas determinações, como em seu artigo 3º, a qual expressa a necessidade da remoção de barreiras existentes nos espaços e serviços e as define como preceitos básicos para a acessibilidade.

De acordo com a Lei nº 13.146/2015:

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

IV - Barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias. (Brasil, 2015).

Destaca, ainda, em seu artigo 28 a incumbência ao poder público de assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

[...] XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento. (Brasil, 2015, art. 28).

O Estatuto tem com fundamento básico a igualdade de oportunidades e trouxe novas normativas para eliminação de barreiras de acessibilidade e obstáculos que possam gerar qualquer forma de limitação para essas pessoas na sociedade, sendo necessário o desenvolvimento de políticas públicas, sobretudo educacionais, para garantir tal direito. (Araujo Filho, 2016).

Ampliando-se as discussões sobre inclusão e acessibilidade Romeu Sasaki<sup>1</sup> apresenta em suas obras “Inclusão: Construindo uma sociedade para todos” (2006), “Inclusão no lazer e turismo em busca da qualidade de vida” (2003) e “Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação” (2009), uma profunda discussão sobre os preceitos que envolvem a acessibilidade e a desconstrução de barreiras a serem consideradas neste processo.

As barreiras existentes na sociedade, segundo o autor podem ser observadas a partir de seis dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Podem estar contidas em espaços públicos ou nos serviços de forma geral, bem como no comportamento das pessoas ante a deficiência.

---

<sup>1</sup> Romeu Kazumi Sasaki é considerado o maior pesquisador brasileiro atuante sobre a educação, autonomia e direitos das pessoas com deficiência. Possui uma carreira extensa, que acumula diversos livros e cria seu legado como “pai da inclusão no Brasil”. Além dos diversos artigos publicados em revistas especializadas, coleciona também artigos internacionais e livretos sobre terminologias e nomenclaturas inclusivas. Desenvolvendo conceitos sobre a educação para pessoas com deficiência, propagou a educação inclusiva no Brasil. Fonte: [Câmara Paulista para Inclusão da Pessoa com Deficiência](#), 2018.

Em sua concepção, a acessibilidade é uma qualidade que deve estar contida nos processos inclusivos e em todos os contextos da atividade humana, pois beneficia a todas as pessoas, com deficiência ou sem deficiência. (Sassaki, 2009). Logo, os pressupostos de acessibilidade devem estar contidos nas normativas educacionais vislumbrando a garantia de autonomia e desenvolvimento dos indivíduos.

Nessa esteira, a Lei nº 13.409 de 2016, conhecida popularmente como a lei das cotas, trouxe novos critérios para a inclusão de pessoas com deficiências nas Universidades. (Brasil, 2016). Segundo Fernandes (2019, p. 46) “a ação mais significativa na estruturação do processo de inclusão de pessoas com deficiência nas instituições públicas federais de ensino superior no Brasil aconteceu por meio da Lei nº 13.409/2016.” A implementação das cotas nas universidades promoveu benefícios para além da democratização do acesso, pois iniciou um processo de transformação dos espaços acadêmicos e reestruturação dos processos burocráticos, pedagógicos e atitudinais, adaptando e eliminando barreiras.

O processo inclusivo é também um processo de conscientização sobre a diversidade da vida humana, e adaptação para a convivência com esta diversidade. Nesse aspecto, a sociedade como um todo deve favorecer este processo, tanto em espaços públicos de convivência como nas relações interpessoais. (Jacques, 2020).

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

#### 3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“Pesquisar é um mergulho intelectual em busca de descobertas. Seja na ciência, cujo objetivo é avançar tecnologicamente, ou no meio acadêmico, no qual o foco é o aprendizado, a pesquisa é um processo essencial.” (Guerra; Lunetta, 2023, p.150).

Os procedimentos metodológicos desse estudo são delineados de acordo com o seu objetivo. A presente pesquisa pode ser considerada do tipo exploratória pois, segundo Trivinos (1987, p. 109) [...] os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. Ainda, possibilitam encontrar os elementos necessários que lhe permitam, em contato com determinada população, obter os resultados que deseja. A pesquisa exploratória se utiliza principalmente de técnicas de pesquisas qualitativas baseadas em observações, documentos e entrevistas e possibilitam explorar um problema de forma mais complexa. (Selltiz, Wrightsman, Cook, 1987).

Com relação à abordagem da pesquisa é considerada qualitativa, pois procura analisar qualitativamente a política institucional inclusiva na FURG. A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, ela preocupa-se, nas ciências sociais, “[...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos”. (Minayo, 2010, p. 22).

Para Minayo (2017, p.15) “a realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante”. Explica a autora que esta realidade analisada é mais rica do que qualquer teoria ou pensamento que possamos expressar sobre ela.

Quanto aos procedimentos para a coleta de dados, o delineamento da pesquisa envolve como instrumento a entrevista semiestruturada, aplicada de forma individualizada com os indivíduos envolvidos, guiada por um roteiro com questões norteadoras.

A opção pela entrevista semiestruturada como técnica de coleta de informações se justifica porque “a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram [...]” (Selltiz; Wrightsman; Cook, 1987, p. 273). E, ao serem guiadas por um roteiro, favorece emergir informações de forma livre e espontânea, conforme assevera Manzini (2004).

A construção dos roteiros abrange os principais aspectos a serem entendidos para atingir o objetivo da pesquisa e trata-se de perguntas com questões relativas aos recursos materiais e humanos contemplados no processo de implementação da política na instituição pesquisada.

O recrutamento dos participantes (servidores da SECAID) ocorreu por contato telefônico ou correio eletrônico (e-mail) e nesse momento a pesquisadora esclareceu a proposta de pesquisa, bem como informou sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ao confirmar o aceite, o TCLE foi encaminhado por e-mail para leitura atenta e assinatura do participante, com retorno do documento à pesquisadora. O recrutamento, bem como todo o processo de entrevista, iniciou após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da FURG.

A data, hora e local da entrevista foi indicada pelo participante, sendo todas ocorridas de forma *online*, por meio do programa *Microsoft Teams*<sup>2</sup>, com consentimento de gravação de áudio de todos os participantes e após transcritas pela pesquisadora.

A guarda das informações ficou sob responsabilidade da pesquisadora, sendo todas as informações mantidas em local apropriado (no HD próprio os arquivos digitais e em pasta própria os documentos, rascunhos e anotações) na sala de permanência da pesquisadora, localizada na Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Ressalta-se que os procedimentos metodológicos adotados nessa pesquisa respeitam os preceitos éticos constantes na resolução que trata de pesquisas com seres humanos, conforme estabelece a Resolução nº 510 de

---

2

Microsoft Teams é uma plataforma unificada de comunicação e colaboração que combina bate-papo, videoconferências, armazenamento de arquivos e integração de aplicativos e serviços da Microsoft (2025).

2016 e Instrução Normativa PROPESP/FURG nº 06/2019, Art. 5º, item II, subitem d.

Com relação à coleta de informações, envolve também uma pesquisa documental, pois buscou compreender a regulamentação atinente a política institucional de inclusão. O documento escrito constitui fonte preciosa para os pesquisadores das ciências sociais, pois graças ao documento pode-se operar um corte longitudinal que favorece a observação de evolução de grupos, conceitos, conhecimentos etc. (Cellard, 2008).

### 3.2 O CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

Faz-se importante conhecer o contexto da investigação, pois este reúne um conjunto de informações relevantes sobre os elementos característicos desse contexto e proporciona a visualização de sua relevância. Nesta pesquisa, apresenta-se a seguir informações sobre a Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

#### **3.2.1 Informações contextuais da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.**

A Universidade Federal do Rio Grande – FURG está localizada na região sul do Brasil, no município do Rio Grande – RS.

Em 1987, a FURG assume como vocação institucional os ecossistemas costeiros e oceânicos, ou seja, comprometemo-nos com a criação e a difusão de conhecimento dedicado a compreender a complexidade das manifestações naturais, sociais, culturais e históricas do ecossistema em que estamos inseridos. (FURG, 2024, p.13).

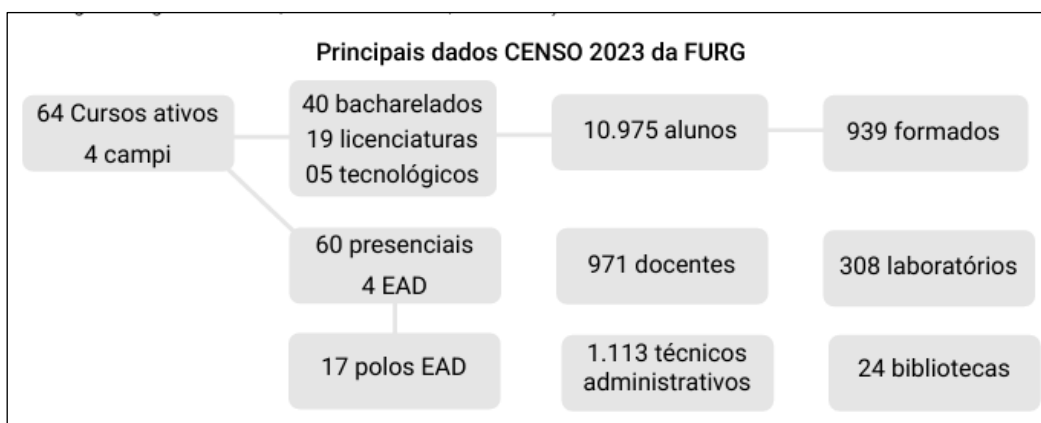
A FURG é uma instituição envolvida com a cidade e sua região, sua estrutura multicampi, desenvolve suas ações nas cidades de Santo Antônio da Patrulha, São Lourenço do Sul e Santa Vitória do Palmar, “consolidando-se como uma importante dinamizadora social do Extremo-Sul do Rio Grande do Sul e do Brasil.” (FURG, 2024, p.13).

A Universidade promove, por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão o desenvolvimento de saber técnico e científico para milhares de estudantes, além de uma experiência de cidadania. Suas ações afirmativas e de

decisões estratégicas, buscam a promoção de um ambiente igualitário para que os/as estudantes possam desenvolver a vida acadêmica em toda a sua diversidade. (FURG, 2024, p.17).

Segundo informações colhidas em seu Relatório Integrador (RI), realizado no ano de 2024, vislumbra-se a oferta de sessenta e oito (64) cursos de graduação, vinte e nove (29) cursos de mestrado e quinze (15) cursos de doutorado. O Censo da Educação Superior – CESUP, contemplado no RI, apresenta relevantes números sobre a Universidade, conforme mostra-se na figura 1, a seguir:

Figura 1: *Dados do CESUP – FURG.*



Fonte: Relatório Integrador (2024).

Os números revelados no RI mostram a importância da Universidade para a região sul do Brasil, bem como para todo o país. A FURG movimenta não só cientificamente e culturalmente a região, mas também é responsável por seu desenvolvimento econômico, à medida que forma profissionais e cidadãos qualificados para atuação na sociedade. Por sua relevância, torna-se oportuno e importante investigar suas políticas internas, sobretudo a política inclusiva.

Algumas ações inclusivas foram implementadas ao longo dos anos, como observado na Resolução nº 019/2009, do Conselho Universitário da FURG, a qual criou o Programa de Ação Inclusiva (PROAI), que dentre seus objetivos se destaca o de estabelecer mecanismos que favoreçam a inclusão social da pessoa com deficiência. Ainda no âmbito da universidade, criou-se também o Programa de Apoio ao Estudantes com Necessidades Especiais (PAENE), cujo objetivo é promover a melhoria das condições de acessibilidade

e permanência dos estudantes com deficiência ou necessidades específicas na universidade. Contudo, apesar da implementação de programas que reforçam o compromisso da FURG com esse público-alvo, tem-se que a formulação e implementação de uma política institucional inclusiva, deve estar alinhada e comprometida com as principais normatizações adotadas nas políticas nacionais, bem como fundamentada nos preceitos de acessibilidade e inclusão, estabelecidas no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

### 3.3 AMOSTRA E ANÁLISE DOS DADOS

Conforme explica Minayo (2017, p. 4) “a amostra não é um elemento solto no conjunto da proposta qualitativa” e assim sendo, deve estar em consonância com o que se deseja investigar. Nesse sentido, “a amostra de uma pesquisa qualitativa deve estar vinculada à dimensão do objeto (ou da pergunta) que, por sua vez, se articula com a escolha do grupo ou dos grupos a serem entrevistados [...]”. (Minayo, 2017, p.4-5).

A amostra dessa pesquisa ocorreu por intencionalidade, abrangendo os servidores que atuam na implementação da política inclusiva na Universidade. De acordo com o artigo 8º da Resolução CONSUN/FURG nº 46 de 23/12/2024, compete Secretaria de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidades – SeCAID a coordenação, execução, acompanhamento e avaliação da Política de Acessibilidade e Inclusão, nos limites de suas atribuições. Assim sendo, para a seleção da amostra, considerou-se primeiramente a leitura da política inclusiva instituída na FURG a qual identifica os servidores da SeCAID como aqueles responsáveis pela coordenação dos processos inclusivos. Considerou-se ainda a indicação desses servidores sobre outros setores que atuam conjuntamente a SeCAID para ampliar a amostra. Foram identificados e entrevistados quatro (04) servidores da universidade, responsáveis pela implementação da política inclusiva, abrangendo: a Secretaria de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidades – SeCAID, o Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas - NEAI, e a Pró Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE. As entrevistas ocorreram nos meses de junho e julho de 2025.

Ressalta-se que durante todo o processo de coleta das informações é garantida a privacidade e sigilo dos participantes (conforme Resolução CNS nº

510/2016, Art. 9, item III; Norma Operacional CNS nº 001/2013, item 3.4.1, subitem 8). Para garantir o anonimato dos participantes, estes foram identificados pelas letras A, B, C e D.

A análise das informações empíricas coletadas ocorreu mediante análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2002) a análise de conteúdo caracteriza-se pelo conjunto de técnicas de análise das comunicações visando promover (por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo emergido das mensagens) indicadores que permitam inferência das informações coletadas.

O conjunto de informações empíricas coletadas foram posteriormente analisadas a partir de categorias. Trata-se da construção de categorias teóricas *a priori* (a partir de categorias teóricas previamente construídas com base no arcabouço teórico sobre a temática). As categorias de análise *a priori* foram estabelecidas a partir dos preceitos de acessibilidade, entendido como a remoção de barreiras constantes em espaços e serviços, conforme elucida o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a literatura sobre a temática: Jacques (2020); Mantoan (2018, 2003); Maior (2017); Cellard (2012); Sasaki (2012, 2009, 2006, 2003); Kassar (2011); Di Giovanni (2009); Santos (2009); Oliveira e Leite (2007); Saniani (1999). As categorias estabelecidas foram:

1. Regulamentar
2. Administrativa e Arquitetônica
3. Pedagógica
4. Comunicacional e Atitudinal

O quadro 01, a seguir, mostra a descrição das categorias de análise:

**Quadro 01: Descrição das Categorias de Análise.**

<b>Categoria</b>	<b>Descrição</b>
Regulamentar	Compreende as normativas, decretos, resoluções e demais orientações internas vigentes, que estabelecem a política da universidade destinada a modalidade de educação inclusiva.
Administrativa e Arquitetônica	Compreende a organização administrativa que viabiliza a operacionalização das ações para a educação inclusiva, bem como a estrutura física das instalações da universidade, ou seja, a acessibilidade arquitetônica dos espaços comuns.
Pedagógica	Compreende a organização pedagógica de atendimento às demandas de inclusão e sua operacionalização pelos docentes.
Comunicacional e Atitudinal	Compreende as ações direcionadas à comunicação e informação que dissemine e/ou potencialize a promoção de um ambiente inclusivo, bem como ações de prevenção a barreiras atitudinais. Compreende: sistemas de comunicação, tecnologias da informação, produção e distribuição de materiais e campanhas informativas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Estabeleceu-se para a análise da categoria “Regulamentar” a análise documental, visando identificar a política estabelecida na FURG e seus desdobramentos. O recorte temporal para essa análise abrange os documentos oficiais estabelecidos pela FURG, vigentes para o ano de 2025. As demais categorias foram analisadas com base nas informações coletadas nas entrevistas realizadas.

### 3.4 ROTEIRO DE ENTREVISTAS

O roteiro estabelecido para a aplicação das entrevistas, serviu de base para os esclarecimentos necessários ao entendimento de como ocorre o processo de implementação da política institucional inclusiva na Universidade Federal do Rio Grande – FURG. As perguntas norteadoras abrangem questões direcionadas a estrutura administrativa e arquitetônica, pedagógica, comunicacional e atitudinal da universidade (de acordo com as categorias de análise estabelecidas).

O Anexo I, apresenta o roteiro de entrevistas desenvolvido para essa pesquisa.

## 4 RESULTADOS DA PESQUISA

Para responder à pergunta de pesquisa, a análise das evidências permeou a análise das seguintes categorias estabelecidas:

Categorias de análise:

1. Regulamentar
2. Administrativa e Arquitetônica
3. Pedagógica
4. Comunicacional e Atitudinal

### 4.1 ANÁLISE DA CATEGORIA REGULAMENTAR

A análise documental norteou a análise da **Categoria Regulamentar**, visando identificar a política estabelecida e sua conformidade com os preceitos de acessibilidade na perspectiva inclusiva, estabelecidos pela Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e seus desdobramentos. O recorte temporal para essa análise abrangeu os documentos oficiais estabelecidos pela FURG, vigentes para o ano de 2025.

Após uma busca pormenorizada no site oficial da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, no endereço eletrônico [www.furg.br](http://www.furg.br), foram identificados os seguintes documentos estabelecidos para a implementação da acessibilidade na instituição:

- I. Resolução CONSUN/FURG nº 26 (a qual dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028), de 22 de dezembro de 2023;
- II. Resolução CONSUN/FURG nº 45 (a qual dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Rio Grande – FURG); e
- III. Resolução CONSUN/FURG nº 46 (a qual dispõe sobre a Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal do Rio Grande – FURG), ambas estabelecidas em 13 de dezembro de 2024.

A análise documental seguiu a ordem cronológica dos documentos descritos acima, conforme apresenta-se a seguir:

#### **4.1.1 Análise da Resolução CONSUN/FURG nº 26 - Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024-2028)**

O PDI da FURG é o documento elaborado para embasar a execução das ações da Universidade pelo período de cinco anos. Essas ações envolvem questões relacionadas à assistência estudantil, infraestrutura, orçamento e oferta de educação à distância e estão em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), elaborado para o período de dez anos, abrangendo os anos de 2024 até 2033.

O PDI, em sua apresentação, apresenta a missão e valores da Instituição e preconiza:

Nossas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação possibilitam a milhares de estudantes, além do saber técnico e científico, uma experiência de cidadania. Por meio de ações afirmativas e decisões estratégicas, a universidade busca oferecer um ambiente plural e inclusivo, tendo como relevante os valores do acolhimento, da alteridade, da prática constante do diálogo e da escuta, fomentando a tolerância e a cultura da não-violência e da não discriminação, para que a comunidade universitária possa desenvolver e fruir da vida acadêmica em toda a sua diversidade. (PPI FURG, 2024, p.3).

O PDI é elaborado, portanto, pautando-se nas diretrizes do PPI e estabelece ações específicas que permeiam quatorze eixos temáticos: Eixo I – Ensino; Eixo II – Pesquisa; Eixo III – Inovação tecnológica; Eixo IV – Extensão; Eixo V – Cultura; Eixo VI – Assuntos estudantis; Eixo VII – Inclusão e diversidades; Eixo VIII – Gestão de Pessoas; Eixo IX – Infraestrutura; Eixo X – Gestão ambiental; Eixo XI – Ciência da informação; Eixo XII – Tecnologia da informação; Eixo XIII – Comunicação institucional; e Eixo XIV – Governança, riscos e integridade.

Observa-se que o documento é estruturado em doze capítulos e foi construído atendendo ao estabelecido no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e contou com o empenho coletivo da comunidade universitária.

A parte inicial deste documento, capítulos 1 a 4, tratam respectivamente da apresentação do perfil institucional, da avaliação institucional e da gestão de pessoas. Nesses capítulos, fez-se um levantamento quantitativo sobre os servidores da universidade, bem como apresentou-se a avaliação do último PDI.

O capítulo 5, apresenta a Assistência Estudantil da universidade, a qual constitui-se em dois subprogramas: Subprograma de Assistência Básica e Subprograma de Apoio Pedagógico. Sobre a finalidade, estabelece o documento:

A Assistência Estudantil tem por finalidade promover o desenvolvimento de condições equitativas de acesso e permanência ao estudante, visando o compromisso e a participação na vida universitária e o aprimoramento das condições de sua formação técnica, humanística e cidadã, por meio de ações voltadas para redução da evasão, **a inclusão social**, a formação ampliada, a produção de conhecimentos, a melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida. (PDI FURG, 2024, p.18, grifo nosso).

Logo, infere-se que o estudante com deficiência está contemplado na assistência estudantil, conforme vislumbra-se em outro trecho do documento, em que apresenta o Subprograma de Assistência Básica, o qual “visa promover a equidade no ambiente acadêmico por meio de ações que atendem a comunidade acadêmica em situação de comprovada desigualdade socioeconômica e/ou estudantes com necessidades específicas.” (PDI FURG, 2024, p.18). Identificou-se ainda, a oferta dos seguintes auxílios aos estudantes: moradia, transporte, alimentação, auxílio infância e auxílio permanência.

Com relação ao Subprograma de Apoio Pedagógico “promove a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes através de ações que possam contribuir com a qualificação de seu processo educativo, buscando evitar a evasão e a retenção no seu curso.” (PDI FURG, 2024, p.19).

O Subprograma possui quatro linhas de atuação: Afirmativa, Mediadora, Formação Ampliada e a Integração Pedagógica. Com relação as ações Afirmativas, destaca-se o trecho do documento que afirma que “**visam à promoção da igualdade de oportunidades para todos/as** que acessam a Universidade.” (PDI FURG, 2024, p.19, grifo nosso).

Sobre as ações Mediadoras, destaca-se a ação chamada “Áudio palavras online do espanhol para estudantes cegos e com baixa visão”. (PDI FURG, 2024, p.19). Essa ação possibilita à esses estudantes a ampliação de

seus conhecimentos para outras línguas, bem como torna-se uma oportunidade de aproximação dos estudantes à outros projetos semelhantes.

Nas ações de Formação Ampliada e Integração Pedagógica, destaca-se o trecho que estabelece “atendimentos individuais; orientações educacionais; encaminhamentos multiprofissionais; construção de planejamentos de estudos; mediação de situações que envolvem estudantes junto a outras Pró-Reitorias, coordenações de curso, docentes e estudantes.” (PDI FURG, 2024, p.21). O que mostra o comprometimento da Instituição com as diversidades e adversidades que surgem ao longo da jornada acadêmica.

Vislumbra-se ainda, na assistência estudantil, a oferta de serviços de psicologia, em que se “conta com psicólogos que realizam acolhimento e encaminhamento de situações emocionais e/ ou de problemas de aprendizagem” e serviço social em que há atendimento realizado por Assistentes Sociais. (PDI FURG, 2024, p.21).

Estes atendimentos visam à promoção dos direitos sociais, por meio da democratização das informações, do acesso aos programas da Universidade e de ações como: acolhimento, estudo social, plantão social, dentre outros. (PDI FURG, 2024). Destaca-se que “o serviço social também atua nas políticas e programas de ações afirmativas, nas matrículas e na seleção via avaliação socioeconômica dos benefícios da assistência básica.” (PDI FURG, 2024, p.21). Ou seja, o ingresso do estudante na Instituição é pensado e acompanhado pelo serviço social disponibilizado na Universidade, o que torna esse processo mais inclusivo.

O capítulo 6 do PDI, intitulado Infraestrutura física, laboratorial e de bibliotecas, apresenta o panorama atualizado de sua estrutura, bem como projetos de ampliação para os espaços, contemplando assim todos os seus Campi. Há menção sobre acessibilidade e inclusão nesses espaços, sobretudo com relação às obras da biblioteca central, como o “Acervo em braile.” (PDI FURG, 2024, p.31).

Foi destinado o subtítulo 6.6 Acessibilidade, para apresentar as ações estruturais voltadas a essa questão. Destaca-se os seguintes trechos do PDI:

Quanto à acessibilidade, em todos os computadores do SiB estão instalados o DOS-VOX, que é um software livre, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que realiza a

**audiodescrição de sites, facilitando o acesso para usuários cegos ou com baixa visão.** Além disso, em todas as bibliotecas, estão disponíveis: um kit, com **teclado colmeia, acionador de pressão para mouse – para usuários com dificuldade motora e lupa eletrônica - para usuários com baixa visão.**

Na Biblioteca Central há ainda **porta automática na entrada e mesa específica para cadeirantes.** (PDI FURG, 2024, p.35-36, grifo nosso).

O capítulo 7, apresenta aspectos relacionados ao orçamento da Universidade. Apresenta-se um levantamento histórico dos principais gastos dos últimos cinco anos e projeção para os próximos cinco, com Pessoal, Custeio e Capital, bem como as principais fontes de financiamento. Não há menção sobre aplicações de recursos específicos para acessibilidade e inclusão no PDI.

O capítulo 8 versa sobre a oferta da educação à distância (EAD) na universidade e retrata a organização dessa oferta, a qual ocorre em função dos acordos de cooperação com órgãos de fomento externos ou por iniciativas das Unidades Acadêmicas (sem fomento) e apresenta a organização e a estrutura dos Polos para EAD. Neste capítulo não há menção específica sobre ações de acessibilidade e inclusão na EAD.

Os capítulos 9 e 10 mostram, respectivamente, o resumo da metodologia de elaboração e apresentação do PDI enquanto o capítulo 11 apresenta os eixos norteadores, os quais se embasa todo o planejamento da universidade. Por meio dos eixos, fez-se a definição de objetivos que a FURG almeja alcançar e das respectivas estratégias para atingir cada objetivo.

Ressalta-se, nesse capítulo, o Eixo VII – Inclusão e Diversidade, o qual “expõe objetivos e estratégias que se voltam ao **processo contínuo e permanente de construção de uma universidade plural, diversa e inclusiva** em todos os seus Campi.” (PDI FURG, 2024, p.75, grifo nosso).

Destaca-se a seguir os dois objetivos principais desse eixo:

**promover** a construção e a qualificação contínua das políticas universitárias referentes às **ações afirmativas**, assim como, **promover a prevenção e o combate ao assédio, discriminação e outras formas de violência.** (PDI FURG, 2024, p.75, grifo nosso).

Outro trecho importante sobre os objetivos do Eixo VII:

Os dois objetivos se articulam, uma vez que **se fundamentam na concepção de direitos humanos que sustentam as ações afirmativas**, as quais podem ser compreendidas como políticas que têm por finalidade concretizar a igualdade material constitucionalmente

prevista, assim como, neutralizar os efeitos perversos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem, entre outras. (PDI FURG, 2024, p.75, grifo nosso).

O PDI apresenta as estratégias para cada um dos objetivos propostos, as quais podem ser vislumbradas nas figuras 2 e 3, a seguir:

Figura 2: Objetivo 1 - Eixo VII – Inclusão e Diversidade.

**Objetivo 1 - Promover a prevenção e o combate ao assédio, discriminação e outras formas de violência.**

**Estratégias:**

- ☞ Ofertar formação aos discentes acerca da prevenção e enfrentamento do assédio, discriminação e outras formas de violência;
- ☞ Implementar a adoção de medidas para atingir a maior igualdade de gênero, raça e etnia;
- ☞ Estabelecer a regulação normativa da conduta discente acerca da prevenção e enfrentamento do assédio, discriminação e outras formas de violência.

**Indicadores:**

- N° de pessoas capacitadas;
- Regulação estabelecida;
- N° de unidades que adotaram medidas para atingir a maior igualdade de gênero, raça e etnia.

**Unidade articuladora: Coordenação de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidades – CAID.**

Fonte: FURG – PDI (2024).

No objetivo 1, mostrado na Figura 2, vislumbra-se o comprometimento da Universidade com a prevenção de qualquer tipo de violência e discriminação, permeando ações que envolvem os discentes.

Figura 3: Objetivo 2 - Eixo VII – Inclusão e Diversidade.

<p><b>Objetivo 2 - Promover a construção e a qualificação contínua das políticas universitárias referentes às ações afirmativas.</b></p> <p><b>Estratégias:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>☞ Construir a Política de Ações Afirmativas a partir do Programa de Ações Afirmativas em vigor;</li> <li>☞ Construir a Política de Inclusão e Acessibilidade;</li> <li>☞ Realizar ações e mobilizar a comunidade universitária sobre as políticas afirmativas.</li> </ul> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin: 5px 0;"> <p><b>Indicadores:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Política de Ações Afirmativas aprovada;</li> <li>→ Política de Inclusão e Acessibilidade aprovada;</li> <li>→ N° de unidades com ações sobre as políticas afirmativas.</li> </ul> </div> <p><b>Unidade articuladora: Coordenação de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidades – CAID.</b></p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: FURG – PDI (2024).

O objetivo 2, apresentado na figura acima, propõe estratégias específicas sobre ações afirmativas, acessibilidade e inclusão, a qual destaca-se a estratégia **construir a Política de Inclusão e Acessibilidade**, a qual instituiu-se em 2024 e será analisada nesta pesquisa.

Por fim, o capítulo 12 do PDI apresenta as considerações finais do documento, seguido da lista de colaboradores para a sua formulação.

#### **4.1.2 Análise da Resolução CONSUN/FURG n° 45 - Política de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Rio Grande – FURG**

A Resolução CONSUN/FURG N° 45, de 13 de dezembro de 2024, dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

A referida resolução estabelece, por meio de quatorze (14) artigos, as ações afirmativas da universidade no âmbito administrativo, ensino, pesquisa e extensão, as quais abrangem medidas para o acesso e a permanência do público-alvo a que se refere, buscando a reparação e a eliminação das desigualdades sociais.

Dessa forma, a política de ações afirmativas pretende garantir os direitos historicamente negados a grupos politicamente minorizados, bem como garantir

que o princípio da igualdade de oportunidades seja efetivado. (CONSUN/FURG n° 45, 2024). Em seu artigo 3° esclarece os princípios a qual se filia, os quais destaca-se:

I - igualdade material no ingresso, na permanência e no acesso às oportunidades; II - **inclusão por meio de ações de reparação, valorização e acessibilidade**; III - eliminação das violências e desigualdades socioeconômicas, de gênero, raça, etnia e deficiência; IV - valorização das contribuições sociais e acadêmicas das pessoas destinatárias desta política; V - respeito à autodeterminação, à integridade e à plena efetividade dos direitos estatuídos em lei; e VI - transparência, participação e controle social. (CONSUN/FURG n° 45, 2024, p.2, grifo nosso).

O público-alvo da normativa é retratado no artigo 6, sendo: “pessoas negras (pretas e pardas), pertencentes aos povos originários, quilombolas, **pessoas com deficiência** e pessoas transgênero que integrem a universidade”. (CONSUN/FURG n° 45, 2024, p.3, grifo nosso). Quanto a integrar a universidade, a normativa refere-se a todos os servidores da FURG, sendo estes efetivos, temporários e/ou terceirizados; E aos discentes da graduação e da pós-graduação. Os objetivos da Política de Ações Afirmativas são vislumbrados no artigo 5°, em que se destacam alguns a seguir:

I - estabelecer mecanismos para garantir o **acesso**, o ingresso e a **permanência de discentes** e servidores e trabalhadores **destinatários dessa política em todas as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão, cultura e inovação**; II - **atender a legislação em vigor** no que se refere à integralidade da **reserva de vagas** na graduação para candidatos, que compõem o público destinatário desta política, oriundos da escola pública.

IV - fomentar e incentivar ações de formação continuada para os discentes, servidores e trabalhadores sobre temas relativos **às diversidades e aos direitos humanos** considerando as especificidades de gênero, sexuais, étnico-raciais, socioeconômicas e do **público da educação especial**; V - estimular a participação do público destinatário dessa política nas ações de formação continuada e capacitação, com vistas a **construção de um ambiente universitário inclusivo**.

VII - **propor, acompanhar e avaliar ações afirmativas** que promovam a valorização das diversidades e **o enfrentamento às múltiplas formas de violências e discriminações** no ambiente universitário.

X - **orientar as unidades acadêmicas e administrativas na adoção de políticas de ações afirmativas**, bem como sobre os procedimentos necessários para implantação dessa política. (CONSUN/FURG n° 45, 2024, p.3, grifo nosso).

Com o intuito de garantir o cumprimento dos objetivos estabelecidos, a resolução esclarece em seu artigo 4º que é de competência da Secretaria de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidades - SeCAID “a coordenação, o acompanhamento e a avaliação da Política de Ações Afirmativas (...).” (CONSUN/FURG nº 45, 2024, p.2). Para tanto, estabelece que as ações da SeCAID ocorrerão de forma articulada e integrada com as unidades administrativas e unidades acadêmicas.

Os artigos 7º e 8º tratam do acesso à cursos de graduação e pós-graduação (respectivamente), enquanto o artigo 9º, 10, 11 e 12 orientam sobre a assistência estudantil, reserva de vagas quanto a obtenção de bolsas e outros processos seletivos, pormenorizando todos os processos.

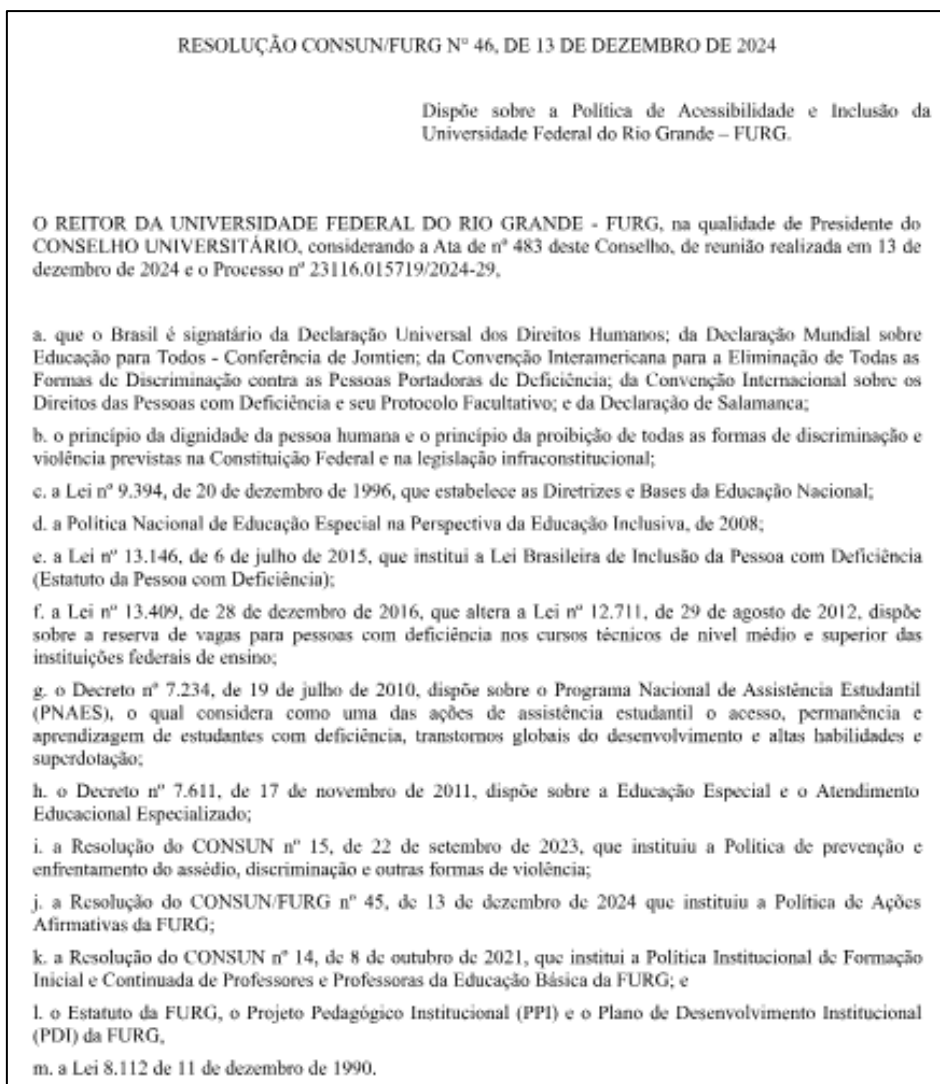
Por fim, os artigos 13 e 14 tratam da avaliação da própria política (a qual fica a cargo da SeCAID – a cada cinco (05) anos) e da vigência da política, respectivamente.

#### **4.1.3 Análise da Resolução CONSUN/FURG nº 46 - Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal do Rio Grande – FURG**

A Resolução CONSUN/FURG nº 46, a qual dispõem sobre a Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal do Rio Grande – FURG é apresentada por meio de nove (09) capítulos que contemplam vinte e seis (26) artigos.

A Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade é instituída atendendo ao aparato legislativo que versa sobre a temática em nosso país. Antes mesmo de apresentar o artigo 1º, a introdução destaca as leis, decretos, instruções e demais normativas a qual se baseia. Apresenta-se, a seguir, a figura 3, em que se vislumbra o texto de abertura dessa política:

Figura 4: RESOLUÇÃO CONSUN/FURG N° 46/2024 – texto de abertura.



Fonte: CONSUN/FURG n° 46 (2024).

O Capítulo I, apresenta as Disposições Preliminares e abrange os artigos 2° e 3°.

O artigo 2° estabelece as normas a serem cumpridas pela comunidade universitária<sup>3</sup>, referente a promoção e garantia da acessibilidade em diferentes dimensões.

As dimensões trazidas na política, alinham-se àquelas apresentadas no Estatuto da Pessoas com Deficiência - Lei nº 13.146/2015 - bem como discutidas

<sup>3</sup> Considera-se comunidade universitária, de acordo com o art.2°, II, a) os servidores técnico-administrativos em educação e docentes; b) trabalhadores temporários; c) trabalhadores terceirizados; e d) discentes regulares, em regime de matrícula especial ou ouvintes, de graduação ou pós-graduação. (CONSUN/FURG n° 46, 2024).

e estudadas pela literatura científica sobre esse público-alvo. Destaca-se na normativa as dimensões: “(...) atitudinal, arquitetônica e urbanística, comunicacional e informacional, pedagógica e curricular (...)” (CONSUN/FURG n° 46, 2024, p.2).

Os destinatários da política de acessibilidade e inclusão são apresentados no artigo 3°, sendo: “pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades e/ou superdotação, os quais integram a comunidade universitária da FURG.” (CONSUN/FURG n° 46, 2024, p.2).

A política considera ainda, parágrafo 1°:

Pessoas que apresentem necessidades educacionais específicas, provocadas por causas diversas, tais como neurodivergências e transtornos do neurodesenvolvimento, e que não se enquadrem no público da Educação Especial serão consideradas nas ações de acessibilidade que envolvem as dimensões pedagógica e curricular previstas por essa política. (CONSUN/FURG n° 46, 2024, p.2).

O Capítulo II trata das definições da Resolução, que se apresentam no artigo 4°. São elencadas doze (12) definições acerca do público-alvo na normativa e questões que integram/interagem com esse ambiente. A seguir, vislumbra-se algumas dessas definições, conforme artigo 4°:

I – **pessoa com deficiência**: aquela com impedimento de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

VI – **educação inclusiva**: constitui um paradigma educacional e de política pública fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis e que implica uma mudança estrutural e cultural do ambiente universitário para que todos tenham suas especificidades atendidas.

X – **barreiras**: qualquer obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. As barreiras podem ser classificadas em: barreiras urbanísticas e arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas ou ainda pedagógicas e curriculares. (CONSUN/FURG n° 46, 2024, p.2, grifo nosso).

Outras definições trazidas pela Resolução versam sobre as tecnologias assistivas, as quais tornam-se importantes instrumentos para o processo

inclusivo nas instituições de ensino superior, possibilitando a promoção da eliminação de barreiras tecnológicas e pedagógicas.

O Capítulo III, apresenta os princípios, objetivos e as diretrizes da Resolução. Quanto aos princípios, foram estabelecidos com base nas normativas da instituição e constante na legislação brasileira, assim como atendidos os princípios de Direitos Humanos. Os objetivos são estabelecidos no artigo 6º e podem ser vislumbrados na figura 5, a seguir:

Figura 5: Capítulo III – objetivos.

<p>Art. 6º São objetivos da Política de Acessibilidade e Inclusão da FURG:</p> <p>I - fortalecer uma cultura institucional inclusiva, pautada pelo respeito mútuo, equidade de tratamento e preservação da dignidade das pessoas;</p> <p>II - proporcionar a igualdade de condições para o desempenho acadêmico e profissional do público destinatário desta política;</p> <p>III - promover ações de formação de servidores sobre Educação Especial na perspectiva inclusiva, a fim de garantir a acessibilidade em todas as ações de ensino, pesquisa, extensão, gestão, cultura e inovação no âmbito da Universidade;</p> <p>IV - implementar e divulgar orientações normativas para promover a acessibilidade e a inclusão de todas as pessoas, a fim de permitir o pleno exercício da cidadania no âmbito da FURG e a garantia de seus direitos adquiridos;</p> <p>V - ampliar a participação do público da Educação Especial no planejamento, execução e avaliação de ações inclusivas da FURG;</p> <p>VI - reconhecer as pessoas com deficiência como sujeitos ativos de conhecimento e estimular a sua participação em todas as instâncias da universidade no que concerne às ações de ensino, pesquisa, extensão, gestão, cultura e inovação;</p> <p>VII - promover a remoção de barreiras atitudinais, urbanísticas e arquitetônicas, comunicacionais e informacionais, assim como pedagógicas e curriculares, oferecendo serviços de suporte e apoio com o intuito de construir um ambiente que potencialize o desenvolvimento acadêmico, profissional e social de todas as pessoas; e</p> <p>VIII - criar um banco de dados sobre o público da educação especial da FURG para auxiliar nas análises e tomada de decisões nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, gestão, cultura e inovação.</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: CONSUN/FURG n° 46 (2024).

As diretrizes que norteiam a política, são explicitadas no artigo 7º, destacando a “**acessibilidade como um conceito em evolução**”, articulando-a com as barreiras ambientais, anteriormente apresentadas. (CONSUN/FURG n° 46, 2024, p.3, grifo nosso).

Em seu Capítulo IV, apresenta a Estrutura Administrativa a qual se articulam para implementação da política. A estrutura administrativa a qual se percorre os caminhos da inclusão abrange diversos setores na universidade. A Secretaria de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidade – SeCAID é o órgão que coordena, executa e avalia a Política de Acessibilidade e Inclusão, contudo a articulação e operacionalização da política perpassa também por outras Unidades. Segundo o artigo 8º, compõem a SeCAID: o Núcleo de Acessibilidade

e Inclusão – NAI, o Núcleo de Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa – TILSP. Outrossim, o artigo 9º estabelece que as “Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis (Prae), de Graduação (Prograd), de Gestão de Pessoas (Progep), e de Infraestrutura (Proinfra) integram a estrutura administrativa de cumprimento da política”, considerando os limites de suas atribuições. (CONSUN/FURG nº 46, 2024, p.4).

A figura 6, a seguir, ilustra as competências de cada Pró Reitoria, conforme estabelecido na Política de Inclusão e Acessibilidade:

Figura 6: Competências das Pró-Reitorias.

Prae	Prograd	Progep	Proinfra
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Executar e desenvolver o Programa de Apoio aos Estudantes com necessidades específicas (PAENE);</li> <li>• Conceder os auxílios do subprograma de assistência básica específicos para estudantes com deficiência;</li> <li>• ofertar capacitação aos bolsistas do PAENE.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver ações formativas na área pedagógica;</li> <li>• acompanhar a estruturação dos currículos de graduação, garantindo que a educação especial na perspectiva inclusiva seja tratada em todos os cursos.</li> <li>• Estabelecer e garantir de forma contínua a articulação das normas acadêmicas com a Política de Acessibilidade e Inclusão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acolher e acompanhar os servidores e trabalhadores destinatários dessa política, assim como o desenvolvimento de programas de capacitação para os mesmos;</li> <li>• garantir a acessibilidade e inclusão dos servidores e trabalhadores destinatários da política, objetivando sua permanência, bem estar e desenvolvimento profissional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenar as ações relativas ao planejamento, implantação, manutenção e ampliação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, gestão, cultura e inovação da FURG.</li> </ul>

Fonte: CONSUN/FURG nº 46 (2024).

O Capítulo V trata da Acessibilidade Atitudinal e assevera a importância da construção de uma cultura inclusiva na FURG em seu artigo 10, pautada “por ações de acolhimento respeito às diferenças e remoção de barreiras atitudinais que impeçam o pleno desenvolvimento das pessoas com deficiência.” (CONSUN/FURG nº 46, 2024, p.5). De acordo com a política estabelecida, a acessibilidade atitudinal diz respeito a comportamentos no ambiente universitário que importe na prevenção da discriminação e assédio. Conforme assevera o artigo 11:

A acessibilidade atitudinal está **pautada em práticas de prevenção, acolhimento, denúncia e sancionamento de qualquer comportamento capacitista** que impeça, minimize ou fragilize a participação da pessoa com deficiência na FURG, conforme previsto na Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio, Discriminação e outras formas de violência. (CONSUN/FURG n° 46, 2024, p.5, grifo nosso).

O parágrafo único deste artigo orienta a criação de normas de prevenção e acolhimento, bem como o registro de denúncias nesse contexto. No artigo seguinte, elenca as práticas de prevenção previstas para a instituição, as quais devem ser articuladas com as diversas unidades acadêmicas e disseminadas à toda a comunidade universitária.

Na sequência, o Capítulo VI apresenta a Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística, a qual objetiva “garantir a adequação dos espaços da Universidade aos princípios do Desenho Universal<sup>4</sup>” bem como “concretizar por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes, servidores e comunidade em geral no desenvolvimento de todas as atividades no espaço da Universidade.” (CONSUN/FURG n° 46, 2024, p.6). Nesse sentido, verifica-se o comprometimento da Instituição não só com o acesso dos estudantes, mas sua permanência, seu acolhimento, por meio de ações conjuntas que possibilitem o sentimento de pertencimento à FURG.

No artigo 15, listam-se as ações necessárias ao cumprimento do objetivo descrito. Dentre elas, pode-se destacar: mapear as barreiras arquitetônicas e urbanísticas, buscando soluções inclusivas; elaborar programa de construção e reformas que atendam a acessibilidade nas instalações físicas da universidade; instituir um grupo de acompanhamento de planejamento dos espaços físicos; garantir computadores e mobiliários adaptados para pessoas com deficiência etc. Essas ações, ao serem implementadas, possibilitam a liberdade e mobilidade dos estudantes em todos os espaços da Instituição.

O Capítulo VII trata da Acessibilidade Comunicacional e Informacional, a qual, segundo o artigo 17, realiza-se pela eliminação das barreiras na comunicação, sendo necessária a utilização de técnicas/ações que tornem as informações acessíveis à todas as pessoas, com ou sem deficiência. O objetivo

---

<sup>4</sup> “Concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo recursos de tecnologias assistivas.” (CONSUN/FURG n° 46, art. 4°, VIII, 2024)

é “eliminar qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.” (CONSUN/FURG n° 46, 2024, p.7).

O artigo 18 apresenta ações para a concretização do objetivo descrito nesse capítulo, destacando-se:

I- promover a **capacitação e formação para a comunidade universitárias obre as formas de acessibilidade comunicacional**, que envolvam, dentre outras, tecnologias, ferramentas de comunicação, Libras, Libras tátil, Braille, audiodescrição e tecnologias assistivas;

II- garantir, nos processos de seleção e ingresso na Universidade, **editais acessíveis** e campos específicos nos formulários para o(a) candidato(a) informar os recursos de acessibilidade;

V- produzir **obras** literárias, artísticas e/ou culturais, assim como materiais informativos e de divulgação, **em formatos acessíveis**, incluindo os meios digitais. (CONSUN/FURG n° 46, 2024, p.7, grifo nosso).

Além das ações descritas acima, outras são previstas para viabilizar a acessibilidade arquitetônica e urbanística da FURG, como: a identificação dos espaços internos com placas em Braille, fixação de mapas táteis e em formato digital (com tradução em libras) da localização dos prédios, promoção de eventos científicos, acadêmicos e culturais acessíveis à todos, bem como a produção de obras (literárias, culturais etc.) e materiais informativos em formatos acessíveis.

O Capítulo VIII trata da Acessibilidade Curricular e Pedagógica, e inicialmente faz a distinção entre elas, sendo a acessibilidade curricular “a organização e estruturação dos currículos de modo a contemplar a diversidade de perfis de aprendizagem, promovendo a construção de ambiente colaborativo e inclusivo.” (CONSUN/FURG n° 46, 2024, p.8). Já a Acessibilidade Pedagógica refere-se a métodos e materiais de ensino que garantam a acessibilidade de todos, independente de suas limitações ou habilidades. (CONSUN/FURG, 2024).

Nesse sentido, conjuntamente, objetivam garantir igualdade de oportunidades nos espaços de aprendizagem. Como garantia do cumprimento desse objetivo, ações são previstas, dentre elas:

VIII- garantir a flexibilização curricular e diferenciações pedagógicas, respeitando as especificidades dos estudantes destinatários desta Políticas;  
IX- garantir que os conteúdos e materiais disponibilizados nas aulas de graduação e pós-graduação sejam acessíveis;  
X- oferecer suporte didático, pedagógico e tecnológico aos coordenadores e docentes das Unidades Acadêmicas no que se refere à Educação Especial na Perspectiva Inclusiva<sup>5</sup>. (CONSUN/FURG, 2024, p.8).

No artigo 23, apresenta-se outras ações direcionadas à garantia de igualdade de oportunidades, como: orientar os cursos de graduação e pós-graduação na adequação de materiais didáticos, garantir a oferta de Língua Brasileira de Sinais (Libras), bem como garantir a presença de intérpretes de Libras em todos os cursos (graduação e pós-graduação, promover a oferta de auxílios de assistência básica específicos para estudantes com deficiência, dentre outras.

O artigo 24 propõe ações específicas aos cursos de pós-graduação, enquanto o artigo 25 finaliza o capítulo direcionando ações de formação aos servidores técnico-administrativos em educação, docentes, gestores e demais profissionais que atuam na Universidade. Por fim, no Capítulo IX, tem-se o artigo 26 o qual indica a vigência desta Resolução.

A análise do PDI e das Resoluções que integram a Política Inclusiva na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, revelou conformidade e alinhamento aos preceitos de acessibilidade na perspectiva inclusiva indicados pela Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Os documentos estabelecidos na Universidade em 2024, sobretudo a Política de Acessibilidade e Inclusão, foram construídos de forma democrática e em conjunto com as Unidades Acadêmicas e Pró-Reitorias que articulam as ações de atendimento ao estudante com deficiência, revelando um compromisso assumido pela gestão no estabelecimento de medidas/ações de acessibilidade e inclusão.

---

<sup>5</sup> A Educação Especial é uma área do conhecimento e modalidade de ensino transversal e que no ensino superior efetiva-se por meio da oferta de recursos e serviços que promovam a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e pedagógicas. (CONSUN/FURG, 2024).

## 4.2 ANÁLISE DAS CATEGORIAS: ADMINISTRATIVA E ARQUITETÔNICA, PEDAGÓGICA, COMUNICACIONAL E ATITUDINAL

Com exceção à análise da Categoria Regulamentar, as categorias que serão apresentadas a seguir, foram analisadas a partir das informações coletadas mediante entrevistas semiestruturadas, realizadas entre os meses de junho e julho de 2025, no formato *online*.

Contou-se com a participação de quatro (04) participantes, sendo estes atuantes diretamente na implementação da política inclusiva da Universidade e identificados pelas letras A, B, C e D. A lotação dos participantes contempla a Secretaria de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidades – SeCAID, por meio da Coordenação e Comissão de Acessibilidade e Inclusão, o Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas - NEAI, por meio da Coordenação e a Pró Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE.

Todos os participantes são servidores da Universidade e atuam na área de educação, sendo estes técnicos e docentes. O grau de instrução dos participantes abrange a formação de nível de superior (graduação e pós-graduação), sendo que todos atuam há mais de dois anos em suas funções atuais.

Ressalta-se que as entrevistas foram conduzidas somente após envio do TCLE assinado pelos participantes e foram gravadas mediante consentimento verbal deles. Após uma breve apresentação da pesquisa e da pesquisadora, os entrevistados foram instigados a falar sobre sua jornada profissional na FURG e, em seguida, foram indagados sobre a implementação da política inclusiva, conduzidos pelas questões norteadoras, apresentadas a seguir, segundo as categorias analisadas:

### 4.2.1 Análise da Categoria Administrativa e Arquitetônica

A análise **Categoria Administrativa e Arquitetônica** contempla a organização administrativa que viabiliza a operacionalização da política inclusiva, bem como a estrutura física das instalações da universidade, ou seja, a acessibilidade arquitetônica dos espaços comuns. As questões a seguir, foram

elaboradas com o intuito de abranger e expor as situações que envolvem essa categoria, conforme apresenta-se:

Questão 1-Quando a Secretaria de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidades – SeCAID foi formada? Como os servidores são escolhidos/lotados?

Questão 2- Quantos servidores estão atuando na SeCAID?

Foi narrado pelos participantes a jornada trilhada pela Coordenadoria de ações Afirmativas, Inclusão e Diversidade - CAID até se tornar uma secretaria, a atual SeCAID, em 2024. A CAID foi criada no ano de 2021, sendo em 2024 transformada em uma estrutura **maior** - conforme narrado pelo entrevistado A - que, articulada com outras unidades, coordena e faz cumprir a Política inclusiva estabelecida.

De acordo com o participante A:

*“(...) a gente sentia falta de um órgão dentro da universidade que centralizasse, né, e que acolhesse esses alunos para depois encaminhá-los para os lugares adequados, né. E aí, então, se criou a CAID, como uma coordenadoria vinculada à reitoria na época.”*  
(Participante A)

*“A \_\_\_\_\_, ela assumiu a coordenação. E daí, assumindo a coordenação da CAID, ela foi construindo, criou comissões e foi também convidando pessoas para assumir a coordenação dessas comissões (...)”*  
(Participante A)

*“E aí, então, nós tentamos convidar pessoas, e daí foram todos convites, tá, na época, pessoas que pudessem trazer para dentro da coordenadoria diferentes discussões, por exemplo, de diferentes Pró-Reitorias. Então, tinha gente da Progep, da Pró-Infra, para pensar a questão da infraestrutura. Tinha docentes, tinham técnicos administrativos e tinham estudantes, nós tínhamos também pessoas com deficiência, né, para poder nos ajudar a trazer as suas experiências, e pensar a política (...)”* (Participante A)

Nas palavras do participante B:

*“Como as ações eram pulverizadas na universidade, sendo que cada unidade fazia um pouquinho, sentimos falta de uma coordenadoria que cuidasse da inclusão (...)”* (Participante B)

*“Foram criadas seis comissões dentro da CAID, cada uma cuida de um eixo, como o atendimento à quilombolas, as questões de violência e assédio, as pessoas com deficiência (...)”* (Participante B)

*“Na época, a CAID, ela era organizada em seis ou sete comissões, não vou me lembrar de todas, assim, mas cada comissão tinha um público específico, indígenas, né, quilombolas, e aí a gente olhava, então, para o público-alvo da educação especial. Então, eu fui convidada para*

*coordenar essa comissão, então, de acessibilidade e inclusão, voltada para pensar, a primeira tarefa, assim, que foi nos dada, foi pensar a construção de uma política institucional.”* (Participante B)

Conforme relato dos participantes A e B, partindo de ações inclusivas estabelecidas na universidade, porém de forma pulverizada na instituição, houve a necessidade de formalizar os processos por meio de uma política implementada e a necessidade de um órgão centralizador para que o fluxo das ações fosse mais transparente e organizado. Segundo o relato do participante B, todos os servidores da CAID foram convidados para compor as comissões que se instituíram, bem como foram convidados servidores para administrar o fluxo de demandas na CAID.

A CAID passou por uma reformulação em 2024, momento em que se construía a política inclusiva na universidade e resoluções afins, passando a ser chamada de secretaria SECAID, a qual manteve as seis comissões estabelecidas e os servidores, contudo sem nenhuma vinculação à Reitoria, conforme observou-se na fala do participante C:

*“(...) eu não posso ter um órgão vinculado a alguma Pró-reitoria para pensar sobre as ações afirmativas, por exemplo, inclusão, diversidade, e por quê? Porque quando eu penso numa política institucional de inclusão, eu penso para todos, eu não penso só para os estudantes, então não pode estar vinculada a PRAE. Eu não penso só para os servidores, não pode estar na PROGEP. E assim, então, a gente pensava em construir uma instância dentro da universidade que pudesse dialogar com as diferentes Pró-Reitorias, mas que não ficasse centrada em nenhuma delas.”* (Participante C)

A justificativa para a criação da SECAID como uma unidade sem vinculação com a reitoria ou Pró-Reitorias, recai sobre a abrangência da política estabelecida, já que se pensou em uma política inclusiva que desse conta não só dos estudantes, mas também de servidores e docentes da FURG.

Com relação às comissões que atuam dentro da SECAID, tem-se: Assuntos Afro-brasileiros, Acessibilidade e Inclusão, Assuntos Indígenas, Gênero e Diversidade, Enfrentamento ao Assédio e Saúde Mental. As comissões reúnem-se para discutir/refletir ações específicas e de sua alçada, à medida que se entende a necessidade. O relato do participante B, mostra essa questão:

*“O que a gente tem notado agora é a medida que a gente está assumindo mais as tarefas executivas, as reuniões, as comissões estão se esvaziando. Elas estão, as pessoas estão se retirando de ir,*

*talvez um pouco porque estão percebendo que a gente está realizando, executando essas tarefas. Então é isso, assim, algumas delas não têm se reunido e a gente está percebendo isso (...)* (Participante B)

Com relação ao número de servidores na SECAID, revelou-se cinco (05), sendo uma coordenadora e quatro técnicos administrativos, conforme relato do participante B:

*“são quatro servidoras, na verdade, quatro técnicas, uma em teletrabalho integral, então ela não faz presença, e a outra está afastada para o mestrado, agora em setembro. Então eu tenho hoje, de fato, duas pessoas trabalhando comigo.”* ( Participante B)

Observa-se que os membros que compõem as Comissões, não são lotados na SECAID, são docentes e técnicos administrativos convidados a colaborar com a SECAID, considerando suas *expertises* e experiências vivenciadas.

Questão 3-Quais órgãos/unidades administrativas são subordinadas ao SeCAID?

Questão 4-Comente sobre as atribuições do Secretaria de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidades – SeCAID?

A SECAID não possui órgãos subordinados, conforme verificou-se nas normativas analisadas e confirmado com os participantes da pesquisa. Existem ações articuladas na SECAID com as demais Pró-Reitorias. Ou seja, não há uma hierarquia nesses processos, apenas um alinhamento entre órgãos e SECAID, e esta orienta e avalia os processos/ações na instituição.

Nas palavras do participante A:

*“Não tem como a gente escutar o aluno num lugar e traçar as orientações pedagógicas para o professor por outro. Porque muito a partir do que o aluno me diz é que eu vou estabelecer quais vão ser as práticas pedagógicas. Tem que estar conversando isso, tem que estar junto.”* ( Participante A)

O relato acima, mostrou a relevância de um órgão centralizador, pois os processos perpassam por Pró-Reitorias distintas, de acordo com a demanda. Um exemplo pode ser vislumbrado na fala do participante B, a seguir:

*“à orientação que ele vai receber na matrícula, se ele é um aluno com deficiência, vai receber na PROGRAD. Depois ele se dirige à PRAE. Lá na PRAE ele vai procurar a Coordenação de Acompanhamento Pedagógico, que é a CAAP(...) nessa coordenação, ele vai fazer uma primeira entrevista e nessa entrevista vai ficar estabelecido quais são as necessidades dele, o que ele precisa.” (Participante B)*

No relato acima, verifica-se a atuação de duas Pró-Reitorias, a PROGRAD e a PRAE alinhadas na concretização de ações ao estudante com deficiência.

Quanto as atribuições da SECAID, os participantes relataram:

*“é uma secretaria necessária para coordenar e propor ações inclusivas, e ainda acompanhar as Pró-Reitorias nas ações.” ( Participante A)*

*“a SECAID foi criada para acompanhar os processos inclusivos na universidade.” (Participante B)*

*“Ela serve para acompanhar o fluxo das ações desde a entrada do aluno até a confecção das provas e orientação pros docentes. A SECAID orienta e controla tudo, assim pode propor novas ações ou manter e expandir as que já existem.” (Participante C)*

Os participantes ressaltaram como sendo a atribuição principal da secretaria **acompanhar** as ações e processos. As atribuições da SECAID foram descritas na Política de Acessibilidade e Inclusão, em seu Capítulo IV artigo 8º, conforme mostrou-se anteriormente na análise da categoria Regulamentar. Suas atribuições vão além do acompanhamento do fluxo de ações e processos e envolvem a coordenação, execução, acompanhamento e avaliação da política estabelecida.

Questão 5-Explique a construção da política inclusiva na universidade?

Essa questão buscou entender a construção da política inclusiva na universidade e seus atores envolvidos.

De acordo com os relatos dos participantes, a Política de Acessibilidade e Inclusão, foi construída durante o ano de 2024, porém partindo de observações e diagnósticos coletados em anos anteriores, com a cooperação das Pró-Reitorias que fazem parte ou que se incumbem de parte dos processos/ações inclusivas, como por exemplo: PROGRAD, PRAE, PROGEP etc. O processo foi coordenado pela Comissão de Acessibilidade e Inclusão e contou também com

a participação do Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas – NEAI, da comunidade acadêmica e representantes discentes, sobretudo, pessoas com deficiência.

Alguns relatos, a seguir, esclarecem essa questão:

*“(...) dentro desses grupos de docentes, de técnicos e de estudantes, nós tínhamos também pessoas com deficiência, né, para poder nos ajudar a trazer as suas experiências, e pensar a política. Bom, e aí a gente fez toda a construção da política dentro dessa comissão. Ela foi aprovada em dezembro de 2024.”* (Participante A).

*“A construção da política no final do ano passado, ela se deu com ações conjuntas com as comissões (...) foi um movimento conjunto, Pró-Reitorias e representações estudantis (...) foram meses de estudos e debates até aprontar a política. A aprovação foi no final do ano passado.”* (Participante B).

*“O NEAI participou da construção da política, não tinha como não participar, né? É um braço da secretaria.”* (Participante C).

Com relação ao NEAI, trata-se de um projeto de extensão criado em 2005, o qual foi idealizado por uma docente do curso de Psicologia, que ministrava disciplinas voltadas à temática da inclusão. Aos poucos o NEAI foi crescendo e muitos estudantes bolsistas e voluntários atuavam no NEAI em prol da comunidade externa, inicialmente. O relato a seguir, do participante C, esclarece sua atuação e relevância na participação da construção da Política da universidade:

*“O NEAI surgiu em 2005 por iniciativa da professora \_\_\_\_, ela hoje tá aposentada, mas ela criou, na verdade, um projeto de extensão, porque ela tinha, dentro do curso de psicologia, essa disciplina mais voltada pra inclusão e, ela ia em outros cursos, né, permeava outros cursos. E ela foi percebendo, então, a necessidade de trazer esse olhar, da inclusão.”* (Participante C)

*“Ela levava os estudantes, e aí ela começou a fazer formações pra docentes do ensino básico. Que a gente teve em 2002, foi quando começou todo esse movimento a favor da inclusão, né, começou a se pensar nisso, e começaram os cursos de formação. Então, a gente começou a formar cursos de capacitação para os docentes, cursos de capacitação para os monitores, tudo externamente, né, e aí ela ia atendendo os estudantes que iam aparecendo incluídos na universidade, e aí eu ia junto com ela quando era alguma coisa relacionada às pessoas surdas, porque era a minha área até então, né, que eu trabalhava.”* (Participante C)

*“Só que, aí foi indo, e claro, tinha um aumento, assim, no número de estudantes incluídos, que ela conseguia ali dar conta com o grupo, no NEAI na FURG, a demanda era crescente e paramos as capacitações externas com o tempo. A gente capacitou tantas pessoas em Rio*

*Grande, falando localmente, uma capacitação muito boa para os docentes da rede, para os monitores, que isso começou a dar resultado, os estudantes começaram a avançar no ensino básico e estão chegando na universidade.” (Participante C)*

*Nós permanecemos como um projeto de extensão, mas um espaço da universidade com uma responsabilidade muito maior de atendimento aos estudantes e docentes. então o papel do NEAI hoje, né, que inclusive está estabelecido ali na política de acessibilidade e inclusão da universidade, é de atendimento, não só aos estudantes, mas também aos servidores, né, porque a gente tem vários servidores com deficiência ou neuro divergência que precisam de um atendimento, de um acolhimento, atendimento e orientação dos docentes, justamente por entender que não se tem esse conhecimento, né, e a diversidade, ela é tão diversa que o trabalho é praticamente personalizado com cada um dos estudantes. (Participante C)*

A partir da leitura dos trechos acima, vislumbra-se o crescente trabalho do NEAI como colaborador da construção e implementação da Política inclusiva na Universidade. O NEAI atua em conjunto com a PRAE na averiguação das necessidades dos estudantes e na orientação de docentes e apesar de ser um projeto de extensão (de atendimento à comunidade externa) atualmente atende e orienta os estudantes com necessidades específicas.

No esforço de construir uma política sólida e coerente, foi relatado um árduo e profundo trabalho de leitura da regulamentação nacional sobre a inclusão. Comentou-se também sobre os estudos desenvolvidos por estudantes nos cursos de Pós-graduação da FURG, os quais colaboraram com a construção da Política.

O relato do participante A demonstra de forma mais detalhada, um pouco desse trabalho:

*“Então a gente começou com uma rodada de apresentação dessas pesquisas. As gurias já compartilharam conosco os dados e especialmente os problemas que as pessoas com deficiência traziam para que a gente pudesse, a partir dessas problemáticas, pensar como isso poderia compor dentro da política alguma maneira mais eficaz de organização dessas práticas que nós já tínhamos. O NEAI fez uma apresentação também muito importante a partir de questionários que eles tinham aplicados com os alunos.” (Participante A)*

*“Então esse primeiro movimento foi um movimento de apresentação das pesquisas que tinham sido produzidas nesse grupo. Depois a gente fez um movimento de estudo em outras universidades que já tinham políticas aprovadas. Daí assim vendo, essa política está vinculada a que órgão? É uma secretaria? É uma Pró-Reitoria? É uma coordenadoria? E lemos e estudamos diferentes políticas para ver as estruturas, o que elas mantinham.” (Participante A)*

*“E aí a partir disso, a gente tomou como pressuposto teórico, posso dizer assim, dois grandes entendimentos, eu acho, que pautam a nossa política. A primeira é a concepção de deficiência a partir do modelo biopsicossocial ou modelo social de segunda geração que a gente vem chamando. Que é entender que é se afastar dessa ideia da deficiência como um problema individual a ser corrigido. E olhar para a articulação, então, desse sujeito com especificidades e o meio no qual ele está inserido. E a deficiência, então, é esse conceito relacional que articula o sujeito como meio. E aí isso nos leva a um segundo entendimento que é a noção, o conceito de acessibilidade como algo central dentro da política.” (Participante A)*

*E daí a acessibilidade como um direito humano. Então, tomando esses dois entendimentos, a gente organizou a política a partir desse conceito de acessibilidade e cada capítulo da política olhava para uma dimensão da acessibilidade. Acessibilidade física, da infraestrutura, acessibilidade comunicacional, acessibilidade curricular e pedagógica, acessibilidade atitudinal. Então, cada capítulo foi tematizando, então, uma faceta desse conceito de acessibilidade e aí pensando quais seriam os órgãos da universidade que pudessem ser mais responsáveis, digamos assim, pela efetivação dessa dimensão.” (Participante A)*

Diante desses trechos, infere-se o compromisso assumido pela universidade em atendimento aos preceitos de acessibilidade, na perspectiva inclusiva, adotados na legislação atual e no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Questão 6-Explique como ocorre a implementação: fluxo de setores e funções envolvidas:

O fluxo dos processos que atendem às pessoas com deficiência foi apontado pelos participantes como sendo um atendimento personalizado, cada caso é analisado individualmente e a partir de uma entrevista com o estudante, consegue-se averiguar quais ações serão acionadas para um eficiente atendimento.

Nas palavras do participante B:

*“Então, a gente trabalha muito por demanda. Então, às vezes é um professor que vem pedir auxílio, às vezes é o estudante, às vezes é o bolsista, né? Então, a gente trabalha por demanda.” (Participante B)*

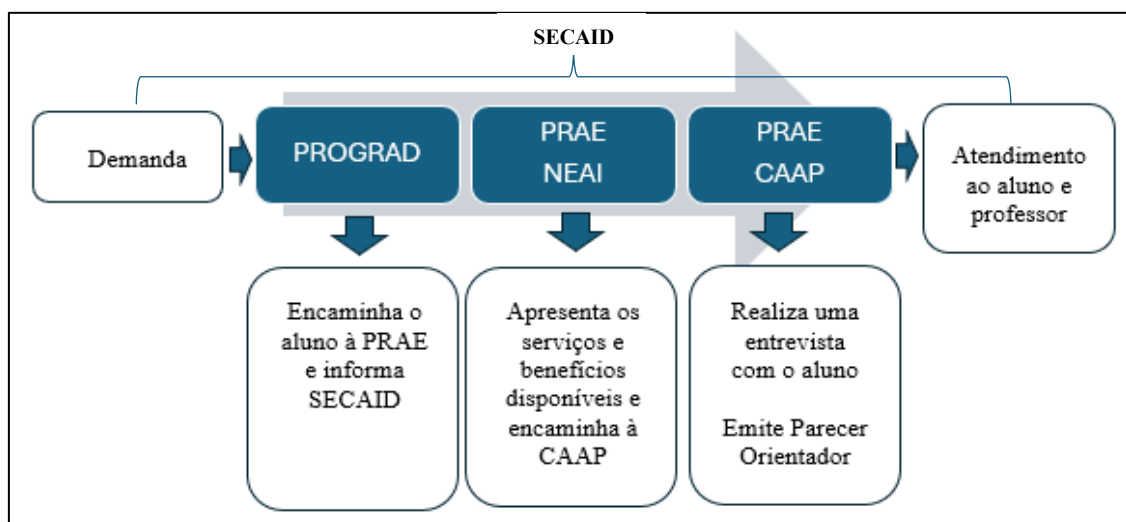
*“Se é um professor, a gente tenta entender todo ali o contexto da disciplina dele, a dinâmica, dos materiais que ele oferta, do tipo de avaliação, do tipo de exercício, do tipo de comunicação na sala de aula, disposição física da sala, como que funciona, né? Então, a gente entende todo aquele contexto e aí chama o estudante pra conversar, porque a gente precisa entender qual é o perfil daquele estudante, né? Qual é a sua deficiência, neurodivergência ou ainda uma necessidade educativa específica, porque isso também acontece, né? Sei lá, tá num período, a gente tem atendido muito ultimamente pessoas com transtorno de ansiedade generalizada, que tem não é uma deficiência, não é uma neurodivergência, mas ela gera necessidades educativas*

*específicas que a gente acaba é uma demanda que não para, entende? Até em virtude do período que a gente tá vivendo, né? A gente não consegue focar só nas deficiências, a gente também precisa atender as neurodivergências e essas necessidades educativas específicas.” (Participante B)*

Vislumbra-se no relato acima que o fluxo de trabalho é bastante intenso. São atendidos todos os estudantes que demandam alguma necessidade educativa específica e não só os estudantes, mas também os docentes são atendidos nesse processo, visto que, em alguns casos, necessitam de orientação para adequação do conteúdo ministrado.

A figura 7, a seguir, mostra o fluxo do processo de atendimento à demanda ao estudante com deficiência:

Figura 7: Fluxo da prestação de serviço de atendimento à Pessoa com Deficiência.



Fonte: Elaborado pela autora.

O estudante é encaminhado à PRAE e NEAI (conjuntamente) para realização de uma entrevista a qual busca traçar seu perfil e identificar quais seriam suas necessidades e como a universidade poderá auxiliar no seu desenvolvimento. Nessa esteira, os auxílios e benefícios disponibilizados aos estudantes são apresentados e encaminhados com celeridade. Após, verificada a demanda do estudante, um parecer é emitido pela Coordenação de

acompanhamento e Apoio Pedagógico ao Estudante – CAAPE e encaminhado ao docente, para assim fazer as adequações necessárias àquele estudante.

O fluxo do processo pode iniciar com a matrícula do estudante autodeclarado com deficiência (na PROGRAD), que a partir dessa informação repassa à SECAID que acompanhará todo o fluxo. Ainda, nos casos em que não há a autodeclaração no ingresso, o atendimento pode ser demandado pelo próprio estudante ou por indicação de um docente, sendo o fluxo o mesmo que ocorre com o estudante autodeclarado com deficiência. O docente dirige-se à PRAE e CAAPE (conjuntamente) para receber orientações sobre as necessidades do estudante.

Todo o processo descrito na figura 7 é acompanhado pela SECAID. O Parecer Orientador é encaminhado ao docente após atendimento do estudante na PRAE. O documento orienta ações necessárias e adaptações que promovam o desenvolvimento e aprendizado do estudante em sala de aula. Contudo, os docentes possuem autonomia para implementar em suas aulas as orientações contidas no Parecer.

Segundo o participante B:

*“(...) ele vai fazer uma primeira entrevista (o estudante) e nessa entrevista vai ficar estabelecido quais são as necessidades dele, o que ele precisa. E aí agora que, estando ali juntos, vão ver qual é a parte de material adaptado que ele vai precisar e a parte de bolsista, né, se ele precisa de algum outro também, tá? PRAE também faz um outro trabalho que é o da seleção dos bolsistas que dão uma orientação dedicada, diferenciada, assim que tem que acontecer.” (Participante B)*

*“A CAAPE ela desenvolve um documento, um documento com as necessidades, um parecer sobre as necessidades que esse aluno apresenta e ela encaminha um documento orientador pedagógico para os docentes (...)” (Participante B)*

A PRAE disponibiliza aos estudantes um bolsista para acompanhar e auxiliar as atividades acadêmicas, sejam estas em sala de aula, com ou sem tecnologias assistivas. A seleção ocorre por meio de edital e os bolsistas selecionados passam por uma capacitação de acordo com as necessidades demandadas pelos estudantes atendidos, conforme relataram os entrevistados.

Questão7-Você tem conhecimento sobre a existência de dotações específicas para o desenvolvimento/manutenção dessa Política? Comente:

O participante A comentou sobre uma verba específica para o atendimento à estudantes com deficiência, enviada pelo governo federal, o Programa de Apoio aos Estudantes com Necessidades Específicas – PAENE, verba gerenciada pela PRAE.

Esclarece o participante A:

*“O PAENE objetiva promover a melhoria das condições de acessibilidade e permanência dos estudantes com deficiência. Ele conta com o apoio de bolsistas para orientação pedagógica e digital. Os bolsistas assistem esses estudantes em questões acadêmicas, no ambiente da FURG, como na biblioteca (...)”* (Participante A)

Os participantes B e C apontaram o Programa INCLUIR do governo federal, como sendo uma verba recebida pela universidade para atendimento á política de inclusão e acessibilidade, sendo esta gerenciada pela SECAID.

Destacam:

*“O Programa Incluir, a verba que vem do Programa Incluir, essa verba, hoje, ela é operacionalizada pela SECAID.”* (Participante B)

*“os recursos chegam pelo Programa Incluir e é destinado a implementação da política de inclusão das pessoas com deficiência, tu podes acessar a página da FURG que tem a descrição do programa.”* (Participante C)

Ao acessar a página do Programa INCLUIR FURG, conforme indicado pelo participante C, no endereço eletrônico <<https://prograd.furg.br/22-noticias/33-incluir>>, algumas informações importantes podem ser vislumbradas, como por exemplo os objetivos do programa: “promover ações que garantam o acesso e a permanência de pessoas com deficiência; apoiar a criação, reestruturação, consolidação de núcleos de acessibilidade; implementar a política de acessibilidade plena de pessoas com deficiência.”(PROGRAD, 2011, p.1).

Os participantes desconhecem outras verbas para o atendimento à pessoa com deficiência na universidade.

Questão 8- Atualmente, quantos estudantes com deficiência nos cursos de graduação e pós-graduação da FURG são atendidos pela Política Inclusiva?

Questão 9- Comente sobre os serviços de atendimento ofertados aos estudantes?

Questão 10- Em que momento são informados sobre esse apoio? Qual órgão/unidade é responsável por isso?

Questão 11- Existe algum tipo de acompanhamento desses estudantes assistidos pelos serviços? Comente como funciona?

Os entrevistados não souberam informar com exatidão o número de estudantes com deficiência na universidade, ainda, apontaram que o número de estudantes com deficiência pode não ser o mesmo número de estudantes atendidos pelas ações e serviços ofertados, pois alguns não demandam atendimento específico e outros que necessitam podem ter ingressado na universidade nas vagas de ampla concorrência. Ainda, a necessidade específica pode surgir ao longo de sua graduação/pós-graduação.

O participante A, esclarece:

*“(...) às vezes não querem se expor, não querem falar sobre o diagnóstico, enfim, às vezes vão sentir necessidade disso mais adiante. A gente tem aqueles estudantes que são diagnosticados ao longo da graduação. Muitos estudantes chegam pelos diagnósticos tardios, assim.”* (Participante A)

Complementa essa informação:

*“Então, pode ser cinquenta e sete, sessenta ou sessenta e dois, não lembro, esse número ele nunca é exato, ele é fluido, né, porque ele vem desses movimentos, assim. A cada semana, vai se recebendo na própria sala de aula, assim, como professora, principalmente por debater esse tema, por abordar a educação, inclusive, eles se sentem mais à vontade, eu acho, de trazer as suas demandas. Aí me procuram, daí eu encaminho, para conversar lá com as gurias da PRAE, daqui a pouco precisa de algum acompanhamento pedagógico.”* (Participante C)

*“tem estudantes, por exemplo, que não ingressaram a partir da deficiência, entraram na ampla concorrência, porque isso é uma coisa que a gente perde um pouco do controle. Claro. Se a pessoa tem uma nota muito boa, ela entra pela ampla concorrência, mas ela é uma pessoa com deficiência, mas ela não fica registrada como pessoa com deficiência. Então, até pra chegar pra nós essas informações, é muito complexo, entende?”* (Participante C)

Sobre os serviços, os participantes B e C comentam, respectivamente:

*“Às vezes é algo muito simples, é uma organização da rotina, eles precisam de uma ajuda para se organizar, assim, dentro dessa rotina*

*acadêmica, e às vezes precisam de um apoio mais complexo. Mas, muito aparece em sala de aula alunos que não tem laudo, né, que não tem um diagnóstico. E isso também foi algo que a gente discutiu dentro da construção da política, no que se refere à acessibilidade pedagógica, a gente não pode ficar restrita ao laudo.” (Participante B)*

*“Então, é preciso olhar para as dificuldades que esses sujeitos estão apresentando. Às vezes, não necessariamente eles têm um diagnóstico, mas eles necessitam de algum apoio ou de algum suporte naquele momento, que pode ser temporário, ou que pode ser permanente (...).” (Participante C)*

O participante C informou que o número de estudantes atendidos nesse ano (2025) pode estar entre 57 e 62 estudantes e dentro desses números estão as pessoas com deficiência, pessoas neuro divergentes e com transtorno de ansiedade. Vislumbra-se nos relatos acima a preocupação no atendimento da demanda independentemente de um diagnóstico pronto, um laudo.

Sobre os serviços de apoio oferecidos pela Universidade, estes irão depender da averiguação das necessidades do estudante. De acordo com os relatos dos participantes os serviços ofertados, perpassam por auxílios, como: moradia, alimentação, transporte e se estendem para questões mais específicas como o acompanhamento de bolsistas para deslocamento no Campus, para sala de aula, acompanhamento digital (com tecnologias assistivas), intérpretes de Libras e a assistência aos docentes para adaptação/adequação de conteúdos e provas.

Esses serviços são informados à todos os estudantes, com ou sem deficiência, na primeira semana de aula, mediante a Acolhida Cidadã – projeto de extensão de acolhida dos estudantes realizada em todos os cursos de graduação da universidade – e também, para os estudantes que entram por quota, são informados por e-mail. Para um apoio mais específico, como por exemplo o apoio de intérpretes de Libras, essas informações são repassadas no momento da entrevista do estudante com a PRAE e NEAI.

O participante C, esclarece:

*“(...)os auxílios e serviços de apoio são informados na semana de Acolhida, inclusive a PRAE faz uma apresentação nessa semana em praticamente todos os cursos, né? inclusive em outros campus.” (Participante C)*

*“Aí a gente oferece, já apresenta pro estudante o acompanhamento pedagógico, né, que existe a possibilidade desse acompanhamento, pra que ele já ingresse sabendo como conduzir os seus estudos, em termos de organização, de horários, de ambiente. E também a gente oferece acompanhamento psicológico, que não é uma terapia, mas é*

*em momentos pontuais onde ele vê que alguma questão emocional está impactando na aprendizagem.” (Participante C)*

Os participantes foram indagados sobre o acompanhamento desses serviços e de quem seria essa responsabilidade. Foram apontados:

*“As necessidades de suporte que os estudantes têm, tá? E a ideia é que passado algum tempo, eles retornem e façam uma conversa de acompanhamento, né, com a PRAE, com esse mesmo grupo que atende. Então, alguns, por exemplo, têm, inclusive, atendimentos psicológicos que estão permanentemente lá, né, então que é mais fácil de acompanhar. Outros, a gente, inclusive, manda e-mails ali no início do ano, né, pra todas as pessoas com deficiência. Alguns respondem, outros não respondem.” (Participante A)*

*“Então, tem alguns que a gente tem acesso e consegue acompanhar de forma mais efetiva, tem outros que nós não conseguimos nem o primeiro atendimento, às vezes, né? docentes, também, em relação ao que é necessário fazer(...)” (Participante A)*

Esse último trecho refere-se a um acompanhamento pela PRAE e NEAI conjuntamente. Embora os relatos apontem para um acompanhamento desses serviços de apoio, tanto para os estudantes quanto aos docentes, não há de fato um formulário ou um setor que avalie e promova um *feedback*, há apenas uma escuta sobre o andamento desse apoio. A SECAID seria o órgão responsável por esse acompanhamento, segundo a Política estabelecida.

Questão 12- A estrutura física da FURG está preparada para receber/acolher pcd's e/ou neurodivergentes? Comente:

Os participantes, apesar de considerar que as demandas em termos de acessibilidade estão sendo atendidas, na medida do possível, fala-se em falta de recursos financeiros. Ainda, apontam várias barreiras de ordem arquitetônica e citam exemplos sobre tal situação. Lê-se nos trechos a seguir:

*“Os espaços físicos da FURG, eles são acessíveis, eles estão de acordo, digamos assim, com a norma, tem a regra universal, o desenho universal, por exemplo, né, eu já fiz um trabalho a respeito. Um dos capítulos ali que a gente construiu na política é, né, a acessibilidade arquitetônica e urbanística, que se refere tanto aos espaços externos da universidade, de circulação, quanto aos prédios, a estrutura dos prédios, enfim, mas acho que a gente tem muito que caminhar ainda nesse sentido.” (Participante A)*

*“a gente conversou dentro da comissão, de ideias e propostas, a gente tem muitas, assim, das placas que a gente possa fazer de sinalização em todos os prédios, do mapa tátil. Os próprios docentes surdos nos deram várias sugestões, por exemplo, acessibilizar pra eles os atendimentos em diferentes secretarias, eu vou na secretaria do prédio 6, por exemplo, não tem lá uma pessoa que saiba libras, né, mas eu posso pensar num canal que eu posso ligar com o vídeo ali, por exemplo, onde eu posso ter um intérprete pra poder traduzir aquela conversa rápida ali, num atendimento, numa secretaria (...)”*  
(Participante A)

*“Eu acho que falta, assim, em termos de estrutura física, não tem má vontade. Porque a gente ... a gente sabe que às vezes tem falta de vontade política, né? Então, a gente não tem aqui, muito pelo contrário, assim, é uma área muito cara para a gestão.”* (Participante B)

*“Mas a gente está sofrendo com essa questão do contingenciamento, assim, orçamentário... A gente vê... Eu vejo muitas coisas que precisavam de reforma, né? Então, por exemplo, a gente tem acessos que eles estão implantados, rampas de acesso e tal. Mas eles precisavam de reforma porque o concreto se abriu, tem buracos, está desnivelado. Então, a questão de mobilidade, por exemplo, de ter maior horário e ônibus adaptado para o trânsito interno dentro da universidade, né? Tudo isso é impactado pela restrição de orçamentos (...)”* (Participante B)

*“Então, elevadores, né. A gente está com problema de manutenção, então alguns elevadores não estão funcionando. Mas é uma questão. Já os banheiros, bom, os banheiros adaptados, né. A maioria dos banheiros aqui, todos os prédios têm banheiros adaptados. A gente tem uma proposição de fazer um banheiro que ele tenha alguma diferença específica para colostomizados, né. Então, assim, vão surgindo coisas novas, né. Adaptação, por exemplo, de mesas mais altas, mesas mais largas. Tem dificuldade para comprar alguns materiais. A gente não tem verba para custeio, né. Então, a gente está buscando alternativas, assim de tentar construir, por exemplo, essa questão das cadeiras.”* (Participante C)

*“(...)a nossa universidade, ela ainda não é inclusiva, né? Assim como a sociedade não é. Ela tem... Eu acho que a nossa universidade tem um olhar para a inclusão. Ela quer se tornar cada vez mais inclusiva, mas não é. Se nós tivéssemos acessibilidade nos ambientes, nas salas de aula, na prática pedagógica, nós não teríamos 82 bolsistas contratados para dar acessibilidade. Nós só temos bolsistas porque nós temos barreiras. Para cada tipo de barreira existe um tipo de acessibilidade. E se nós estamos contratando bolsistas para dar acessibilidade, é porque as barreiras estão aqui.”* (Participante D)

Os relatos mostram a necessidade de investimento em acessibilidade na universidade. Observa-se o movimento da universidade em prol da inclusão, porém por restrições orçamentárias muita coisa ainda não foi concretizada. A fala do participante D torna nítida a questão das barreiras de ordem estrutural/arquitetônicas existentes.

A análise da categoria Administrativa e Arquitetônica mostrou um panorama da organização de processos e ações da universidade acerca do atendimento à pessoas com deficiência, bem como suas instalações físicas.

A estrutura administrativa é composta, conjuntamente, por Pró-Reitorias e coordenadas pela SECAID. A estrutura envolve um considerável número de servidores e bolsistas que atuam diretamente na implementação da política inclusiva, que atende não só estudantes com deficiência, mas todos os estudantes que apresentem algum tipo de necessidade específica. Vislumbrou-se a necessidade da criação da SECAID como um órgão de coordenação e acompanhamento das ações inclusivas.

Observa-se que os serviços/auxílios destinados ao apoio aos estudantes são informados no ingresso e orientados durante o projeto Acolhida Cidadã e por e-mail. O estudante com algum tipo de necessidade específica é atendido após identificada a sua demanda e acompanhado pela SECAID durante todo o período que necessitar de algum auxílio.

Os espaços físicos ainda apresentam barreiras, conforme relatado pelos entrevistados e as restrições orçamentárias colaboram nesse sentido. Há muito o que avançar na acessibilidade arquitetônica, como a manutenção daquilo que já está acessibilizado e a aquisição de novos itens como: mobiliário e placas indicativas.

#### **4.2.2 Análise da Categoria Pedagógica**

A análise **Categoria Pedagógica** compreende a organização pedagógica de atendimento às demandas de inclusão e sua operacionalização pelos docentes. As questões a seguir, foram elaboradas com o intuito de abranger e expor as situações que envolvem essa categoria, conforme apresenta-se:

Questão 13 - Como as questões pedagógicas são tratadas pelos docentes no que diz respeito aos estudantes atendidos no SeCAID?

Questão 14 - Em que momento o docente é informado sobre o estudante? Como isso ocorre? (reunião, e-mail etc.)

Os participantes revelaram que a orientação feita aos docentes ocorre por meio de um Parecer Orientador Pedagógico, sendo descrito também como

Documento Orientador Pedagógico, de responsabilidade da PRAE e desenvolvido após entrevista com o estudante. Esse documento informa todas as necessidades pedagógicas do estudante e apresenta algumas alternativas de adequação de conteúdo e materiais nas disciplinas. Os relatos a seguir, elucidam essas questões:

*“Primeiro assim, acho que a gente tem que orientar os docentes nesse sentido, porque também é uma questão nova, então com quem eu encontro, vou conversando e a gente também tá pensando em vários momentos de formação, alguns inclusive já foram feitos, né.”* (Participante A)

*“Isso quando não são alunos novos, então assim, se eles estão entrando agora, claro, daí tem que imaginar o fluxo lá de trabalho da PRAE, elas vão ter que acolher, vão ter que conversar, vão ter que produzir esse material, e daí vai ser encaminhada pros docentes. Mas se eu tô lá num terceiro ano, num segundo ano, onde esse sujeito já tá na universidade, eu entro no sistema, e esse parecer que é produzido pela PRAE, na verdade é produzido em conjunto, né, mas sai pela PROGRAD, né, que é o órgão responsável pela orientação pedagógica (...) esse parecer fala um pouco sobre o aluno, e sobretudo destaca as necessidades de suporte, o que ele precisa.”* (Participante A)

*“A PRAE vai desenvolver um documento orientador pedagógico para os docentes, tá? Então ela vai enviar o e-mail e botar no sistema do docente ali esse documento para o docente saber quais são os procedimentos, alterações que ele tem que fazer no conteúdo, na sua sala de aula, na forma dele proceder.”* (Participante B)

*“(...)Aí a gente sempre vai ver, por exemplo, o espaço da sala de aula, como é que precisa ser o espaço da sala de aula em termos de barulho, de iluminação, de odor, de ventilação, né, porque a gente já pega outros estudantes, né, estudantes autistas, estudantes com TDAH, aí a gente fala do tipo de material que o professor vai ofertar, materiais extras, organização de calendário, né, que a questão da previsibilidade pra esses estudantes é fundamental, como é que fica o material disponibilizado no AVA (...)”* (Participante C)

*“(...) nós (NEAI) ampliamos mais a questão dos pareceres orientadores, do diálogo com os docentes, e eu tenho percebido um retorno muito positivo. O professor nunca vai ter receita de bolo, né,? E eu não estou dizendo que é fácil.”* (Participante D)

Ao serem questionados sobre de que forma o docente é informado sobre um estudante com deficiência e com necessidades específicas em sua aula, os participantes responderam que essa informação consta no próprio sistema FURG. Esse sistema é acessado pelos docentes para verificar a folha de chamada da turma e para a digitação de notas, por exemplo. Dessa forma, criou-se uma aba dentro do sistema em que se consulta os estudantes com deficiência e seu respectivo Parecer Orientador. Ainda, essa informação também é

encaminhada por e-mail ao docente. Vê-se a seguir alguns relatos sobre essa questão:

*“Mas, por exemplo, quando eu recebo (referindo-se ao professor), quando já sai o meu horário ali, que eu sei que a minha turma vai ser, né, a turma X lá do curso de licenciatura em educação física, por exemplo, quando eu entro no sistema, dentro do sistema tem uma aba chamada Pessoas com Deficiência, e ali eu consigo visualizar se nessa minha turma tem alguma pessoa com deficiência com alguma necessidade de suporte específica.” (Participante A)*

*“Ele vai receber o Documento orientador, no sistema ou e-mail. Ah, tá. Ele vai receber duas coisas, professor. Ele vai receber o Documento, e se esse estudante receber um bolsista, ele vai receber uma carta de apresentação do bolsista. E esse bolsista, se for de sala de aula, ele vai começar a solicitar que o professor assine a lista de presença.” (Participante D)*

O participante D acrescentou a questão relacionada ao acompanhamento do estudante por bolsistas. Essa informação consta também no Documento Orientador.

Questão 15 - Há treinamentos/capacitações oferecidas aos docentes, relacionadas ao processo inclusivo de pessoas com deficiência? Se sim, quando? e são obrigatórias?

Os participantes relataram haver uma “orientação”, uma “conversa” e um “apoio” na adaptação de materiais. A respeito de capacitações, foi relatado por um participante a existência de um programa de capacitação, o qual os docentes ingressantes são convidados a participar e nesse evento questões inclusivas são abordadas em conjunto com várias outras situações. Não há obrigatoriedade desse tipo de formação, contudo, entende-se ser bastante relevante. Os relatos a seguir, esclarecem essa questão:

*“E a formação, pra mim, ela é um instrumento super importante pra gente conseguir construir uma cultura inclusiva, né? Se a gente não construir isso, não adianta a gente ter legislação, não adianta a gente ter um documento mais bonito, né, que possa existir, se a gente não tá disponível, né, pra acolher o outro e fazer parte da construção dessa cultura inclusiva dentro da Universidade, que é uma responsabilidade de todos nós.” (Participante A)*

*“E aí, essa foi uma outra fragilidade que a gente encontrou nesse diagnóstico que nós fizemos no início do ano. São dois grupos que precisam ser capacitados com urgência. Um é o dos docentes, e o outro grupo é o dos bolsistas do PAENE.” (Participante B)*

*“A gente tem ali pela Progep em parceria com a Prograd, se eu não me engano, eles têm um projeto construído já há bastante tempo, né, que se chama Pedagogia Universitária (...) Isso, a Pedagogia Universitária é um programa de formação pros docentes ingressantes da universidade, então aqueles docentes que ingressaram, que estão nos três primeiros anos do exercício da sua docência na universidade, são convocados, na verdade, a participar dessas formações, e aí essas formações trazem diferentes temas, inclusive sobre a carreira docente, questões administrativas, direitos e tal, mas também questões pedagógicas. Então nós temos, já nos últimos anos, eu tenho feito falas, trazendo esse debate da educação inclusiva pra dentro da Pedagogia Universitária.” (Participante C)*

*“Um outro projeto de formação, que eu acho também bem interessante, chama Rotas Pedagógicas, eu acho, que é destinado pros servidores, pros técnicos, e daí também é nesse sentido a gente tenha abordado o tema da educação inclusiva(...)” (Participante C)*

Questão 16 - Em sala de aula, o docente tem autonomia para desenvolver atividades relacionadas ao processo inclusivo de pessoas com deficiência? Explique:

Os entrevistados foram unânimes quanto a autonomia do docente acerca de seu trabalho. Apesar das orientações encaminhadas aos docentes e materiais adaptados, mediante suporte do NEAI, fica a cargo do docente aplicar ou não as orientações descritas no Parecer Orientador. Abaixo, alguns relatos esclarecem essa questão:

*“o professor segue as orientações se ele achar necessário, não há obrigatoriedade nisso. Ele pode muito bem acrescentar ou reduzir materiais e avaliações, tudo bem.” (Participante A)*

*“Então, na verdade, o docente segue com a sua autonomia de sala de aula, ele é avisado a respeito daquela necessidade, recebe o parecer, e aí ele tem a autonomia para proceder da forma que ele achar que tem que proceder. É isso, na sala de aula.” (Participante B)*

*“Porém, acontece que esses novos docentes talvez tenham uma outra dinâmica em sala de aula. A gente tem que começar tudo de novo. Conversar com os docentes pra daqui a pouco reformular aquele documento orientador pedagógico.” (Participante C)*

*“E aí, todas essas estratégias acontecem para o professor perceber que ele está ali com uma pessoa com deficiência, ou necessidade específica. E na sala de aula, esse docente vai ter autonomia também, embora ele tenha o Documento Orientador ele tem autonomia para desenvolver as atividades dentro daquilo que ele acha que é possível.” (Participante D)*

*“se o professor conseguir pesquisar e avançar mais, porque assim, não necessariamente é aquele Documento que está trazendo o que é de verdade, porque o NEAI vai ter uma conversa com o estudante e vai tentar pensar em algumas adaptações para ele, mas quem vai*

*trabalhar com ele o semestre inteiro é o professor. Então, talvez o professor perceba que algumas orientações que estão ali não funcionam, não.”* (Participante D)

Todas as adaptações pedagógicas necessárias ao atendimento da demanda do estudante são pensadas pela PRAE e NEAI partindo da entrevista com os estudantes, porém cabe aos docentes implementarem as orientações, bem como identificar alterações necessárias ao aprendizado do estudante.

Questão 17 - Há algum tipo de avaliação do trabalho docente com o público assistido pelo SeCAID? Se sim, é responsabilidade de qual órgão/unidade avaliar? Qual a periodicidade dessa avaliação? Esta é repassada ao docente e/ou à Unidade em que o docente é lotado?

Não há uma avaliação específica do trabalho desenvolvido pelo docente em relação ao Documento Orientador. O que há, segundo os entrevistados, é a possibilidade de vislumbrar sua efetividade por meio de um instrumento chamado “avaliação do docente pelo discente.” Um instrumento implantado na FURG há anos que permite aos estudantes avaliarem o trabalho dos docentes de forma mais geral, e essa avaliação é depois disponibilizada aos docentes (individualmente) e às Unidades em que estão lotados. Abaixo, alguns relatos sobre o assunto:

*“Eu acho que aí a gente tem duas maneiras, uma é a nossa avaliação do docente pelo discente, né, que é uma ferramenta de qualquer professor, onde esses alunos vão poder registrar as suas questões específicas, mas eu acho que nesse acompanhamento discente que é feito, de alguma forma a gente avalia, talvez não o trabalho do professor, mas se as estratégias estão sendo efetivas, né, e se de fato todos os docentes estão realizando aquilo que foi combinado, e se não foi, né, então chama e conversa, porque vai ser muito a partir da narrativa do aluno nesse sentido.”* (Participante A)

*“Vai aparecer na avaliação do docente pelo docente.”* (Participante B)

*“Na verdade, o que pode aparecer é via aquele relatório que o bolsista entregou, né ali que pode aparecer alguma coisa, né.”* (Participante D)

O participante D refere-se a um relatório de acompanhamento do trabalho dos bolsistas. Esclarece que quando o estudante possui um acompanhamento de bolsistas, este entrega ao NEAI um relatório sobre o andamento/desenvolvimento das atividades com o estudante assistido, mensalmente. Nesse relatório é possível fazer apontamentos acerca do trabalho

do docente. Caso haja apontamentos que mostrem alguma barreira pedagógica ao estudante, o docente é chamado pelo NEAI para uma conversa, no intuito de desvelar quais pontos podem ser melhorados e potencializados, e de que forma o NEAI pode auxiliar para resolver a situação.

#### 4.2.3 Análise da Categoria Comunicacional e Atitudinal

A análise **Categoria Comunicacional e Atitudinal** compreende as ações direcionadas à comunicação e informação que dissemine e/ou potencialize a promoção de um ambiente inclusivo, bem como ações de prevenção a barreiras atitudinais. Compreende: sistemas de comunicação, tecnologias da informação, produção e distribuição de materiais e campanhas informativas. As questões a seguir, foram elaboradas com o intuito de abranger e expor as situações que envolvem essa categoria, conforme apresenta-se:

Questão 18 - A universidade realiza ações de conscientização sobre a inclusão? Quais? Em que momento? Comente:

Quando questionados sobre a instituição promover campanhas de conscientização sobre a inclusão, os participantes apontaram algumas ações pontuais. Os trechos dos relatos, a seguir, mostram essas ações:

*“Esse é um sonho meu, que tá lá na política. Campanhas, né? Sobre a acessibilidade atitudinal, a gente falou justamente sobre isso, assim, sobre a necessidade da gente pensar, né, em cursos específicos pra formação dos servidores de uma forma geral, não só dos docentes, e da produção de materiais orientadores, Cartilhas, anticapacitismo.”* (Participante A)

*“Eu acho que a gente tem momentos, como eu te disse, assim, nessas formações. Quando eu fiz essa fala, por exemplo, nas rotas pedagógicas ali pros servidores, pros técnicos, eu falei muito sobre o capacitismo, né? Expliquei o que era isso, de que maneira a gente pode expressar, nas falas, ações, capacitistas, porque muitas vezes a gente faz isso de forma involuntária, porque a gente foi constituído dentro de uma cultura (...) Eu acho que isso a gente precisa ampliar dentro da universidade, também.”* (Participante A)

*“(...) o NEAI, ao longo dos anos, ele foi se constituindo como núcleo e como o setor que realizava isso. Então, ele tem alguma inserção, por exemplo, Feira do Livro, eles faziam alguns eventos, participar de eventos, alguma atividade de sensibilização e tal. Tem alguns projetos que trabalham isso, mas isso são todas coisas pontuais. Então, a política está encaminhada, mas a política foi em novembro do ano*

*passado, está proposto que se façam campanhas de conscientização, campanhas de orientação.” (Participante B)*

*“Olha, não. Porque a gente não consegue dar conta, né? Isso é um movimento que eu acredito que vai ser encabeçado ali pela SECAID. Quando a gente conseguir estar mais organizado.” (Participante C)*

*“A PRAE tem, assim, na colhida, na MPU, nós fazemos oficinas (NEAI). Nós temos uma exposição que é linda, que é a exposição **Somos**, que é a exposição das pessoas com deficiência. Então, nós colocamos no Centro de Convivência os banners das pessoas com deficiência dizendo **Somos**, estamos aqui, né? Então, é uma exposição que é uma parceria nossa com a PROESC. Essa foi uma ação.”(Participante D)*

Identificou-se, por meio das entrevistas, algumas ações específicas sobre a inclusão em eventos como na Mostra de Produção Universitária – MPU, na Acolhida Cidadã, Feira do Livro e exposição Somos. Percebe-se a preocupação da universidade sobre a criação de campanhas de conscientização dos acadêmicos, servidores e docentes acerca da inclusão das pessoas com deficiência no espaço da FURG, contudo, ainda há muito o que se trilhar, considerando a organização da política e o estabelecimento da SECAID ainda ser recente.

Questão 19 - Há tecnologias da informação e comunicação utilizadas na divulgação de ações/campanhas de conscientização sobre a inclusão de pessoas com deficiência na universidade? Explique:

Ao serem questionados sobre o uso de tecnologias na divulgação de ações inclusivas, os participantes da pesquisa responderam não ter conhecimento sobre isso. As ações relatadas na questão anterior, não esclareceram se houve ou não o uso de tecnologias como apoio.

Questão 20 - Você tem conhecimento sobre algum tipo de denúncia por preconceito/tratamento inadequado direcionado às pessoas com deficiência, na universidade? Se sim, qual o canal de denúncia disponibilizado? Comente:

*“Eu não tenho conhecimento de nenhum processo atual de denúncia de alguma pessoa com deficiência que tenha sofrido preconceito e que tenha levado isso a cabo. Mas eu tenho muitos relatos de alunos, de queixas, que vivenciam discursos, às vezes, preconceituosos, que não se sentem acolhidos na aula de alguns docentes específicos, por exemplo, que vivenciam olhares dos colegas, que não são escolhidos no momento de organização de um trabalho em grupo. Essas*

*questões, elas ainda são bastante recorrentes dentro da universidade, e eu escuto muito a partir do relato dos alunos.” (Participante A)*

*“não tenho conhecimento também, porque esses processos não chegam a mim, mas não tenho conhecimento de nenhum processo que tenha levado a cabo uma denúncia na ouvidoria, mas eles têm esse direito, isso está claramente ali na política de enfrentamento ao assédio.” (Participante A)*

*“Dos casos que passaram por mim aqui, desde o momento que eu entrei na CAID, eu não tenho.” (Participante B)*

*“Muitos. É. A questão do capacitismo, assim, né? Eu tenho sempre as minhas anotações, né? Se eu vou começar a anotar frases, eu escuto de todos, né? Mas principalmente dos docentes (...)” (Participante C)*

*“Acontece. Tem alguns estudantes também que têm dificuldades também de relacionamento. Mas, assim, acontece.” (Participante D)*

Os participantes relatam ter conhecimento acerca de situações preconceituosas vivenciadas e relatadas por alguns estudantes, sendo que muitos desses casos acabam sendo ouvidos e até mediados pela PRAE e pelo NEAI. Com relação a um canal específico para denúncias, foi apontada a Ouvidoria da Furg como o canal oficial, contudo não sabem ao certo quantas denúncias são realizadas na Ouvidoria.

Questão 21 - Você considera a universidade um ambiente inclusivo? Comente:

Os participantes apontam o comprometimento da instituição na tentativa de promover um ambiente inclusivo, porém muitas situações, muitas barreiras ainda necessitam ser sanadas. Os relatos a seguir, confirmam:

*“Assim, eu vou te responder dizendo que eu não sei se hoje existe um espaço de fato inclusivo na sociedade em geral, tá? A gente sempre vai pecar, a gente tem trabalhado muito para isso, muito, muito mesmo, assim, muito. Vou dizer que eu até estou estressada demais com a quantidade de trabalho, mas não é, não temos hoje um espaço assim totalmente. A gente consegue incluir algumas pessoas, né?” (Participante C)*

*“Hoje a gente tem, sim, muitas políticas, muitos documentos políticos que apoiam a inclusão, mas ainda ele é muito limitado, né? eu penso assim, a gente não tem tudo organizado no sentido de normativas, mas a gente já tem na prática várias ações, né? Então, por isso que é difícil dizer, ah, a universidade é inclusiva, a universidade se propõe inclusiva e ela não está parada no tempo.” (Participante C)*

*“Eu acho que a nossa universidade tem uma postura bastante inclusiva. Nós começamos a abrir vagas para pessoas com deficiência lá, em 2010, antes mesmo do Sisu, fazer isso.” (Participante D)*

A limitação da política inclusiva e o excesso de trabalho foi destacado como um ponto a ser melhorado na instituição, para que assim possa promover um ambiente inclusivo.

Questão 22 – Em sua opinião, quais o(s) principal(ais) obstáculo(s)/barreiras para a implementação da política inclusiva na universidade?

Com relação aos obstáculos percebidos pelos participantes, para a implementação da Política de Acessibilidade e Inclusão na FURG, tem-se as seguintes situações:

*“Eu ainda acho que é uma cultura de normalidade, assim, diria isso, sabe? E aí dentro dessa cultura a gente tem os capacitismos, os preconceitos, que não nos deixam visualizar outras formas de acolhimento desses alunos, e claro que essa cultura de normalidade também organiza a nossa universidade, as suas estruturas, os seus currículos, a partir desse sujeito, né, dessa ideia de uma corpo-normatividade. Mas eu acho que ainda o nosso maior desafio é conseguir desconstruir esses preconceitos.” (Participante A)*

*“Eu acho que a... primeiro, a questão orçamentária, né? Falta de recursos, pra gente dar conta de tudo. A equipe reduzida, é uma pessoa só pra lidar com isso. A PRAE tem uma equipe grande, mas, ainda assim, é uma equipe que não tá dimensionada pra fazer a tarefa da forma como ela deveria ser feita, né? E acho que a questão de letramento, né? A gente precisa investir mais em campanhas de orientação, assim, bem básicas, bem informativas.” (Participante B)*

*“Formação cidadã, sabe? Formação das pessoas para compreender as diferenças, para compreender qual é o seu papel nessa inclusão, né? É uma mudança cultural mesmo de perceber essas pessoas como alguém diferente que precisa de ações diferentes, né? Então, eu acho que isso da divulgação, a gente ainda falha muito nisso, mas não intencionalmente. É por não ter condições mesmo.” (Participante C)*

*“Eu vejo a formação dos docentes, informação, como eu te falei, orientação e informação. Nós temos que começar a falar mais sobre isso.” (Participante D)*

Os participantes destacam como sendo as principais barreiras encontradas atualmente na instituição: o capacitismo, o preconceito, a cultura da normalidade (referindo-se a normalizar as barreiras em todas as suas dimensões), a falta de formação e a falta de informação.

Questão 23 - Destaque pontos positivos e negativos observados por você, no processo de implementação da política inclusiva na universidade:

Foi solicitado aos participantes que comentassem situações vivenciadas por eles no ambiente da universidade acerca da inclusão, situações positivas e/ou negativas, que possam influenciar ou atrapalhar a implementação da Política. O participante A não comentou essa questão. Os demais participantes, apresentaram suas experiências conforme verifica-se a seguir.

Em relação a aspectos positivos, foram destacados: a construção da Comissão de Acessibilidade e Inclusão, compostas por uma equipe especializada, o espaço do NEAI e a postura sensível da equipe e os a jornada de formação de estudantes incluídos.

*“Eu acho que pontos positivos foram a constituição da Comissão de uma forma bem ampliada e bem representativa, né? Foram chamadas todas as pessoas que realmente executavam a tarefa na universidade.”* (Participante B)

*“eu vejo o espaço do NEAI, como muito positivo, né? Ele é um espaço de sensibilidade, assim, ó, de olhar pro outro no seu funcionamento, nas suas necessidades... Isso é muito positivo.”* (Participante C)

*“O que eu tenho de positivo é os estudantes que... E nós temos muitos, muitos estudantes formados. Todo ano nós somos convidados para 4, 5, 6 formaturas. Formamos cegos, surdos, pessoas autistas, pessoas com diferentes deficiências foram formadas, idosas, pessoas com necessidade específica, apoiadas por nós. Então, nós temos... Isso é muito positivo.”* (Participante D)

Sobre os pontos negativos, comentou-se sobre a falta de representatividade externa na construção da Política Inclusiva, o excesso de burocracia nos processos voltados ao atendimento de necessidades específicas, o excesso de trabalho e a carência de mais servidores para compor as equipes de atendimento, conforme lê-se nos relatos a seguir:

*“Por outro lado, eu senti falta de mais representação estudantil, representação de movimentos sociais, então, por exemplo, coordenadoria da pessoa com deficiência do município. Porque tem coisas que são município também, por exemplo, horário de ônibus que batam com os horários de aula.”* (Participante B)

*“Então, essa questão burocrática, assim, do não ter sentido de urgência de atendimento daquela pessoa, né? Isso é um ponto negativo muito grande. Você tem muita vontade de fazer, muita. Mas a*

*gente empaca muitas vezes, é, ou é na burocracia, ou é na falta de compreensão das pessoas.” (Participante C)*

*“O que hoje eu te daria como negativo, assim? A equipe. Hoje, o PAENE, ele tem que ser uma coordenação. Ele não pode estar dentro de uma coordenação. Então, eu estou aqui sozinha com duas bolsistas, um trabalho absurdo (...) porque o PAENE é 24 horas, eu vou para casa agora e se der um problema na sala de aula com um estudante acompanhado, o bolsista vai me chamar. Então assim, é muito difícil. É muito trabalho e poucas pessoas, né? Pouca equipe.” (Participante D)*

A análise das categorias Administrativa e Arquitetônica, Pedagógica, comunicacional e Atitudinal permitiu vislumbrar os processos de implementação da política institucional da FURG, à medida que apresenta a organização administrativa, a estrutura física, as Unidades envolvidas, a fonte de financiamento e as questões relacionadas à comunicação e atitudes que envolvem esse processo.

Possibilitou, ainda, o entendimento dos desdobramentos necessários, ou seja, as ações necessárias para a execução dos atendimentos aos estudantes com deficiência na Universidade, ao revelar as ações das equipes envolvidas no processo. Revelou também as ações pedagógicas de docentes e equipes técnicas e como se dá essa mediação entre PROGRAD-PRAE-docentes-estudantes; os benefícios direcionados aos estudantes e o apoio psicológico, social, comunicacional e acadêmico.

Com base nessas evidências, foi possível atender aos objetivos específicos II e III da presente pesquisa: II- Evidenciar os processos de implementação da política institucional e III- Investigar seus desdobramentos para a execução do atendimento às pessoas com deficiência.

A análise Regulamentar, apresentada no tópico anterior, mostrou o regramento interno da FURG, instituído em 2024, para implementação da Política de Acessibilidade e Inclusão, alinhando-se ao que se estabeleceu no objetivo específico I, sendo: I- Identificar as normativas que embasam a política inclusiva na instituição.

Por meio dos resultados da pesquisa foi possível responder à problemática desse estudo, ao apresentar como ocorre a implementação da política institucional inclusiva na Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas acompanha-se a crescente presença de estudantes com deficiência no ensino superior. Isso deve-se à contínua luta social dessa classe, bem como a regulamentação de políticas em prol da garantia de seus direitos, sobretudo no âmbito da educação. Contudo, a garantia de acesso, por si só, não garante a sua permanência no ambiente das Universidades, mas sim a remoção de barreiras nesse ambiente. Segundo dados extraídos do INEP (2023), no ano base 2022, apenas 7,4% de estudantes com deficiência concluíram cursos de graduação no país, um número preocupante se comparado ao número crescente de estudantes com deficiência que ingressam nas universidades atualmente.

Nesse contexto, torna-se relevante analisar a política inclusiva estabelecida nas Universidades Federais, pois nos permite não só entender os processos e recursos (materiais e humanos) envolvidos, mas também o compromisso assumido pela instituição com a educação para todos, e suas ações para garantir uma formação de qualidade para esse público-alvo.

Esta pesquisa analisou a implementação da política institucional inclusiva da FURG, com base nos preceitos de acessibilidade e inclusão, mediante uma pesquisa exploratória e qualitativa. As informações empíricas coletadas foram posteriormente analisadas a partir de categorias: Regulamentar, Administrativa e Arquitetônica, Pedagógica e Comunicacional e Atitudinal.

A construção de categorias debruçou-se no arcabouço teórico sobre a temática, considerando os preceitos de acessibilidade, entendidos como a remoção de barreiras constantes em espaços e serviços, conforme elucida o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a literatura sobre a temática. Sobre os resultados da pesquisa, cabem alguns destaques e considerações, apresentados a seguir.

Na análise da categoria Regulamentar, evidencia-se que as normativas estabelecidas na Universidade em 2024, sobretudo a Política de Acessibilidade e Inclusão, foram construídas de forma democrática e em conjunto com as Unidades Acadêmicas e Pró-Reitorias que articulam as ações de atendimento ao estudante com deficiência, bem como encontram-se em conformidade com os preceitos de acessibilidade na perspectiva inclusiva indicados pela Lei n°

13.146 (Brasil, 2015) – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Na análise da categoria Administrativa e Arquitetônica, evidenciou-se a existência de uma Coordenadoria de ações Afirmativas, Inclusão e Diversidade – CAID, criada em 2021 e transformada em uma secretaria no ano de 2024, a SeCAID. Isto deu-se pela necessidade de uma maior estrutura, sem vinculação à Reitoria, que articulada com outras unidades, coordena e faz cumprir a Política inclusiva estabelecida na FURG.

A SECAID não possui órgãos subordinados, sua estrutura conta com uma equipe administrativa de cinco (05) servidores e conta com o auxílio de seis (06) Comissões, as quais apoiam a SECAID no desenvolvimento de ações específicas, sendo a Comissão de Acessibilidade e Inclusão a responsável pelas ações para pessoas com deficiência. As Unidades administrativas envolvidas no processo de implementação da Política Inclusiva, abrange a PROGRAD e a PRAE (para apoiar os estudantes), a PROGEP (para assessorar os servidores) e a PROINFRA (para manutenção das instalações físicas).

Vislumbra-se que o fluxo dos processos que atendem às pessoas com deficiência na universidade considera a individualidade de cada estudante, e foi descrito pelos entrevistados como atendimento personalizado. Resumidamente, para receber o apoio da universidade em sua demanda, o estudante é encaminhado pela PROGRAD já no ingresso (quando o ingresso ocorre por quota específica) à PRAE. De outra forma, ele pode por iniciativa própria ou por indicação de um docente buscar esse apoio ao longo do Curso (quando se descobre a necessidade do estudante que ingressa pela ampla concorrência).

A partir de uma entrevista, as ações são iniciadas para o atendimento à demanda do estudante e um Parecer Orientador é encaminhado aos docentes. O documento orienta ações necessárias e adaptações que promovam o desenvolvimento e aprendizado do estudante em sala de aula. Contudo, os docentes possuem autonomia para implementar em suas aulas as orientações contidas no Parecer.

Com relação aos espaços físicos, as evidências mostram barreiras arquitetônicas a serem sanadas, como a manutenção de mobiliários e banheiros e a aquisição de itens importantes como placas indicativas nos prédios,

computadores, etc. Ainda, restrições orçamentárias foram apontadas pelos entrevistados como um dos motivos para a precariedade dos espaços.

A análise da categoria Pedagógica revelou autonomia por parte dos docentes quanto a adaptação e/ou inserção de conteúdos para atender a demanda do estudante com deficiência, embora haja o encaminhamento do Parecer Orientador e o apoio da PRAE e NEAI na construção de materiais e provas. Com relação as capacitações, os docentes ingressantes são convidados a participar de uma formação inicial promovida pela universidade e nessa capacitação questões inclusivas são abordadas em conjunto com outros temas. Não há obrigatoriedade desse tipo de formação, contudo, entende-se ser bastante relevante.

Na análise da categoria Comunicacional e Atitudinal, revelou-se algumas ações específicas de conscientização sobre a inclusão em eventos da Universidade. Observa-se fragilidade nessas ações, carecendo de Campanhas de comunicação e conscientização organizadas com a comunidade universitária e supervisionadas pela SECAID.

Solicitou-se aos participantes que destacassem pontos positivos e negativos observados por eles no processo de implementação da política inclusiva na universidade. Em relação aos aspectos positivos, a Comissão de Acessibilidade e Inclusão foi exaltada por sua equipe especializada, já sobre os pontos negativos, ressaltou-se o excesso de trabalho e a carência de mais servidores para compor as equipes de atendimento.

Por fim, com as evidências colhidas, por meio dos relatos dos participantes, foi possível evidenciar as ações estabelecidas para a implementação da Política de Acessibilidade e Inclusão da FURG, bem como apontar potencialidades e fragilidades no processo. Isso posto, a pesquisa realizada possibilitou avançar na discussão sobre as políticas inclusivas no âmbito do ensino superior e vislumbrar as ações praticadas para o atendimento às pessoas com deficiência.

## REFERÊNCIAS

ANTUN, R. P. **Na educação inclusiva, a pessoa vem antes da deficiência.** Diversa Educação Inclusiva na Prática. 23 nov. 2018. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/na-educacao-inclusiva-a-pessoa-vem-antes-da-deficiencia> Acesso em: 15 jul. 2024.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2002.

BARNES, C.; BARTON, L.; OLIVER, M. **Disability studies today.** Cambridge: Polity Press, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 09 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Orientador Programa Incluir: acessibilidade na Educação Superior SECADI/SESU-2013.** 2013. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/incluir/wp-content/uploads/2017/07/Documento-Orientador-do-Programa-Incluir-PDF2.pdf> Acesso em: 28 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm) Acesso em: 10 jul. 2024.

CARVALHO, Viviane Alves de. **Avaliação de implementação do Programa Incluir e as iniciativas de acessibilidade dos docentes, burocratas de nível de rua, na Universidade Federal de Pernambuco (2012-2019).** 2021. 108 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

CASTANHO, Denise Molon; FREITAS, Sorais Napoleão. Inclusão e prática docente no ensino superior. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, RS, n. 27, p.93-99, 2006.

CELLARD, André. **A Análise Documental.** In: POUPART, J. et al. (Orgs.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

DYE, T. R. **Policy Analysis:** what governments do, why they do it, and what difference it makes. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1984.

FERNANDES, Idília. **A diversidade da condição humana: deficiências/diferenças na perspectiva das relações sociais.** 2012. 244 f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FRANÇA, D. M. C. **Políticas públicas de educação para a população do campo: uma análise do Pronacampo a partir da abordagem cognitiva.** 2016. 319 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-59, jun. 2000.

GUERRA, Rodrigues; LUNETTA, Avaetê de. Metodologia da Pesquisa Científica e Acadêmica. **REVISTA OWL (OWL JOURNAL)**. v. 1, n. 2, Campina Grande, ago. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da educação superior. 2023.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior> . Acesso em: 11 jul. 2024.

JACQUES, F.V.S. **A política educacional para a inclusão de pessoas com deficiência em escolas municipais de ensino regular em Rio Grande – RS.** 2020. 208 f. Tese (doutorado em Política Social e Direitos Humanos) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2020.

LASWELL, H. D. **Politics: who gets what, when, how.** Cleveland: Meridian Books, 1958.

LOTTA, G. S. **Implementação de políticas públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível da rua no Programa Saúde da Família.** 2010. 295 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, 2010.

MAIOR, I. M. M. L. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. **Revista Inclusão Social**, Brasília, v.10 n.2, p. 28-36, jan./jun. 2017.

MAIOR, I. L.; MEIRELLES, F. A Inclusão das Pessoas com Deficiência é uma Obrigação do Estado Brasileiro. In: LICHT, F. B.; SILVEIRA, N. (Orgs.). **Celebrando a Diversidade: o direito à inclusão**, São Paulo: Planeta Educação, 2010. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/Celebrando-Diversidade.pdf> Acesso em: 22 jun 2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 1.edição. São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo, v. 5, n. 7, p. 01-12, abr. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Realization of the sustainable development goals by for and with persons with disabilities**. 2018. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/wp-content/uploads/sites/15/2018/12/UN-Flagship-Report-Disability.pdf> Acesso em: 10 jul. 2024.

PACHECO, Renata Vaz.; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. **Educação Especial**, n. 27, p. 151-169, 2006.

PARENTE, C. M. D. Políticas de Educação Integral em Tempo Integral à Luz da Análise do Ciclo da Política Pública. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 2, p. 415-34, abr./jun. 2018.

PEREIRA, Chirlene Oliveira de; SANTOS, Ticiane Santana. Deficiência e Inclusão no Ensino Superior Brasileiro. **Revista Contextos**. v.5, n.3, p.1-15, 2024.

PROGRAD. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG). Incluir. 2011. Disponível em: <https://prograd.furg.br/22-noticias/33-incluir> . Acesso em jun 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, v 12, p. 10-6, mar./abr. 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Por Falar em Classificação de Deficiências. **Revista Brasileira de Tradução Visual**. v. 12, n. 12, 2012. Disponível em: <http://www.rbtv.associadodainclusão.com.br/index.php/principal/article/view/157/265> Acesso em: 10 jul 2024.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L.; COOK, S. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**: delineamentos de pesquisa. São Paulo: E.P.U., 1987.

SERAFIM, M. P.; DIAS, R. B. Análise de política: uma revisão da literatura. **Cadernos Gestão Social**, v. 3, n. 1, p.121-34, jan./jun. 2012.

SILVA FILHO, Daniel Mendes da; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Acessibilidade nas escolas como uma questão de direitos humanos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, p. 01-19, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial> Acesso em: 29 jun. 2024.

SILVA, Alessandra Neri Obelar da. **Inclusão de pessoas com deficiência na universidade**: a efetividade do Programa de Apoio aos Estudantes com Necessidades Especiais (PAENE). 2014. 83 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande, 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG). **Relatório Integrador 2024**. Disponível em: [https://www.furg.br/arquivos/ri\\_furg\\_2025\\_02062025.pdf](https://www.furg.br/arquivos/ri_furg_2025_02062025.pdf) . Acesso em dez 2024.

## **ANEXO I: ROTEIRO DE ENTREVISTAS**

Questão 1-Quando a Secretaria de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidades – SeCAID foi formada? Como os servidores são escolhidos/lotados?

Questão 2- Quantos servidores estão atuando na SeCAID?

Questão 3-Quais órgãos/unidades administrativas são subordinadas ao SeCAID?

Questão 4-Comente sobre as atribuições do Secretaria de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidades – SeCAID?

Questão 5-Explique a construção da política inclusiva na universidade?

Questão 6-Explique como ocorre a implementação: fluxo de setores e funções envolvidas:

Questão 7-Você tem conhecimento sobre a existência de dotações específicas para o desenvolvimento/manutenção dessa Política? Comente:

Questão 8- Atualmente, quantos estudantes com deficiência nos cursos de graduação e pós-graduação da FURG são atendidos pela Política Inclusiva?

Questão 9- Comente sobre os serviços de atendimento ofertados aos estudantes?

Questão 10-Em que momento são informados sobre esse apoio? Qual órgão/unidade é responsável por isso?

Questão 11- Existe algum tipo de acompanhamento desses estudantes assistidos pelos serviços? Comente como funciona?

Questão 12- A estrutura física da FURG está preparada para receber/acolher pcd's e/ou neurodivergentes? Comente:

Questão 13 - Como as questões pedagógicas são tratadas pelos docentes no que diz respeito aos estudantes atendidos no SeCAID?

Questão 14 - Em que momento o docente é informado sobre o estudante? Como isso ocorre? (reunião, e-mail etc.)

Questão 15 - Há treinamentos/capacitações oferecidas aos docentes, relacionadas ao processo inclusivo de pessoas com deficiência? Se sim, quando? e são obrigatórias?

Questão 16 - Em sala de aula, o docente tem autonomia para desenvolver atividades relacionadas ao processo inclusivo de pessoas com deficiência? Explique:

Questão 17 - Há algum tipo de avaliação do trabalho docente com o público assistido pelo SeCAID? Se sim, é responsabilidade de qual órgão/unidade avaliar? Qual a periodicidade dessa avaliação? Esta é repassada ao docente e/ou à Unidade em que o docente é lotado?

Questão 18 - A universidade realiza ações de conscientização sobre a inclusão? Quais? Em que momento? Comente:

Questão 19 -Há tecnologias da informação e comunicação utilizadas na divulgação de ações/campanhas de conscientização sobre a inclusão de pessoas com deficiência na universidade? Explique:

Questão 20 - Você tem conhecimento sobre algum tipo de denúncia por preconceito/tratamento inadequado direcionado às pessoas com deficiência, na universidade? Se sim, qual o canal de denúncia disponibilizado? Comente:

Questão 21 - Você considera a universidade um ambiente inclusivo? Comente:

Questão 22 – Em sua opinião, quais o(s) principal(ais) obstáculo(s)/barreiras para a implementação da política inclusiva na universidade?

Questão 23 - Destaque pontos positivos e negativos observados por você, no processo de implementação da política inclusiva na universidade: